



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO
QUADRIÊNIO DE 2017/2021**

ATA NÚMERO DEZ

----- ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO, REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZANOVE. -----

----- Aos vinte e cinco dias do mês de abril de dois mil e dezanove, pelas dez horas e trinta minutos, no Auditório do Pavilhão Multiusos, reuniu, ordinariamente a Assembleia Municipal de Vimioso, conforme o ponto 1, do artigo 27º, da Lei número 75/2013 de 12 de Setembro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Ponto um) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

----- Ponto um ponto um) – Leitura resumida do expediente. -----

----- Ponto um ponto dois) - Apreciação e votação da ata da sessão de Vinte e dois de Fevereiro de 2019. -----

----- Ponto um ponto três) – Período para intervenções. -----

----- Ponto dois) – PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

----- Ponto dois ponto um) - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à atividade municipal. -----

----- Ponto dois ponto dois) – Apreciação e votação da Modificação número:1 Alteração ao Orçamento da Receita número 1 do ano contabilístico de 2019. -----

----- Ponto dois ponto três) – Apreciação e votação da Modificação número:2 Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) número 1 do ano contabilístico de 2019. -----

----- Ponto dois ponto quatro) – Apreciação e votação da Modificação número:2 Revisão ao Orçamento da Despesa número 1 do ano contabilístico de 2019. -----

----- Ponto dois ponto seis) – **Apreciação e votação da actualização em 2019 de valores de Taxas e/ou Preços e Licenças – Regulamentos Municipais.** -----

----- Ponto dois ponto sete) – **Conhecimento das “Regras Aplicáveis à Assunção de Compromissos e aos pagamentos em atraso – Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, republicada em anexo à Lei nº 22/2015, de 17 de março.**-----

----- Ponto dois ponto oito) – **Apreciação e votação do resumo do Relatório de Avaliação do conjunto de Prédios Urbanos, sitos na Avenida Carvalho Araújo, nº77 a 91 – Vila Real, propriedade do Município de Vimioso.**---

----- Ponto dois ponto nove) – **Deliberação ao abrigo da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto (transferência de competências) e respectivos diplomas sectoriais. Decreto-Lei nº20/2019, de 30/01/2019 (Proteção e saúde animal e segurança dos alimentos); Decreto-Lei nº 21/2019, de 30/01/2019 (Educação); Decreto-Lei nº 22/2019, de 30/01/2019 (Cultura);** -----

----- Ponto dois ponto dez) – **Outros assuntos de interesse para o Município.** -----

----- **Ponto três) – PERÍODO PÓS ORDEM DO DIA.** -----

----- Pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, foi dado início à sessão. A senhora segunda secretária verificou as presenças. Estiveram presentes: José Baptista Rodrigues, José António Cerqueira da Costa Moreira, Serafim dos Santos Fernandes João, Manuel Fernandes Oliveira, Hugo Miguel Jerónimo Ribeiro Rodrigues, Lurdes Cristina Rodrigues Braz Pires, Ana Marisa Rebelo Cavaleiro do Bento, Alexandra Manuela Freire Brás Tomé, Manuel João Ratão Português, Carlos Manuel Meirinho Martins, André Fernandes Ramos, Sandra Manuela Carvalho Vila, Vítor Américo Calvelhe Pires, Cristina Maria Oliveira Miguel Rodrigues, José Manuel Miranda, Licínio Ramos Martins, Daniel Tomé Ramos, Hélder Domingos Ramos Pais, António Bartolomeu Pires Rodrigues, Adrião Afonso Cordeiro Rodrigues, Fernando Manuel Gonçalves Rodilhão, Manuel Emílio Fonseca João, José Manuel Alves Ventura, Luciano Lopes Alves e José Amadeu Vara Rodrigues. -----

----- Estiveram presentes, de acordo com o ponto três do artigo quadragésimo oitavo da lei cento e sessenta e nove de dezoito de setembro, alterada pela lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de janeiro, o Senhor Presidente

da Câmara, António Jorge Fidalgo Martins, e os senhores vereadores António dos Santos João Vaz, Sérgio Augusto Pires, António Eduardo Lopes Padrão e Valentim Carvalho Sena. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia. Disse: “Antes de começar esta Assembleia, gostava de propor aqui um voto de pesar, e fazer um minuto de silêncio pela morte da mãe do nosso Vice-Presidente António Santos”. -----

----- **Ponto dois) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

----- **Ponto um ponto um) – Leitura resumida do expediente.** -----

----- Pela senhora segunda secretária foi dado conhecimento da correspondência recebida desde a última Assembleia. -----

----- **Ponto um ponto dois) - Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de sete de dezembro de dois e dezoito e ata da sessão extraordinária de vinte e oito de janeiro de 2019.** -----

----- Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foram colocadas as atas à votação, tendo sido aprovadas por unanimidade. -----

----- **Ponto um ponto três) – Período para intervenções.** -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia. Disse: “É do conhecimento de todos que a Agência Portuguesa do Ambiente colocou em discussão, publica o estudo de impacto ambiental da estrada Vimioso/Carção com a ponte sobre o rio Maçãs. É uma boa notícia, esperamos que a declaração venha a ser favorável. O período de discussão termina na última semana de março. Sei bem o desempenho do Senhor Presidente da Câmara neste processo, esperando que isto corra bem, e que daqui a um ano, ou dois, façamos uma boa feijoada na ponte Vimioso/Carção”. -----

----- Usou da palavra o senhor Membro da Assembleia Carlos Meirinho Martins. Disse: “Queria questionar o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o apuramento de responsabilidades que fez relativamente à nossa questão, sobre a publicação da JSD na página oficial do Município de Vimioso no facebook. Entendemos que o Senhor Presidente da Câmara já estará em condições para nos dar as devidas explicações sobre o assunto, pois como já referimos anteriormente trata-se de uma situação que, em nosso entender, é grave e não devia ter acontecido, em circunstância alguma utilizar um veículo de comunicação oficial do Município para propaganda política”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Relativamente à questão colocada pelo senhor deputado Carlos Martins, foram de facto apuradas as responsabilidades. Quem está com a competência de gerir a página da câmara municipal é o senhor vereador Sérgio Pires, o Chefe de Divisão e a funcionária Ana Cavaleiro. Nas partilhas frequentes, por lapso, aconteceu isso. Sublinho que, apenas, essa partilha, esteve lá trinta e cinco minutos. Foi partilhada por mero lapso. Não considero, na minha opinião, que se trate de propaganda. Não tem lá nenhuma mensagem de apelo a voto. É apenas uma mensagem de homenagem a um Primeiro-ministro de Portugal. A única coisa que lá está é que tendo sido ela partilhada noutra página de uma instituição política acabou por ser ali. Mas não há lá nenhuma mensagem de propaganda política. Quando se diz homenagem aos valores e aos princípios, penso que os valores e os princípios de um Primeiro-ministro e que foi combatente da ditadura, fosse ele ou fosse outro qualquer, seriam sempre bem homenageados”. -----

----- Usou da palavra o senhor deputado Hugo Jerónimo Rodrigues. Disse: “A partir do momento que tenha um símbolo de um partido político é propaganda política, propaganda política não é apenas um apelo ao voto. Queria questionar a situação da deputada Sandra Vila por mim apresentada aqui na última sessão ordinária. Atendendo a que recebeu o prémio Bebé do ano, saber que morada apresentou para ter direito a recebê-lo, saber se alterou a sua morada e questionar também que morada tem para receber o subsídio de transporte para as deslocações da Assembleia Municipal”. -----

----- Usou da palavra a senhora deputada Sandra Vila. Disse: “Na última sessão ordinária da Assembleia Municipal, no dia sete de dezembro de dois mil e dezoito, foi abordada a questão do concurso Bebé do ano que atribui uma pequena ajuda aos bebés recém-nascidos do concelho. Na oportunidade foi citado o meu nome como deputada do Partido Social Democrata. Considerando que o Senhor Presidente da Câmara fez uma intervenção, que no essencial me revejo e concordo, acabei por não pedir a palavra. Contudo, e porque considero oportuno, quero aproveitar a oportunidade para transmitir a esta Assembleia que é minha convicção ter agido em conformidade com a legalidade e regulamento em vigor. Aproveito ainda para manifestar a minha disponibilidade para contribuir, como eleita autárquica, para o aperfeiçoamento do regulamento de atribuição da ajuda aos bebés seleccionados para os próximos anos, partindo

do princípio que é sempre possível aperfeiçoar as regras em vigor. A minha morada é Argozelo”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Relativamente a esta questão, como sabem existe um regulamento e existe um júri que analisa as candidaturas. O regulamento diz que basta que um dos progenitores tenha a residência no concelho, que apresente os documentos, foi o caso, foram apresentados. Já disse que é uma questão da consciência de cada um. Repito, o regulamento não foi violado. Se nós temos que apertar ainda mais a malha das regras do regulamento, que se faça, agradecem-se sugestões nesse sentido. Já se falou a questão do acompanhamento no Centro de Saúde. Já disse que há bebés que são acompanhados em Bragança. Outra questão que surgiu foi o teste do pezinho, mas há crianças que o fazem logo que nascem no hospital, e podem nascer no Porto ou noutra sítio qualquer. Acho que já apertamos muito a malha. Há alguns casos que levantam dúvidas morais, há, mas legais não há. Em termos de legalidade o que o júri tem que fazer é verificar se a candidatura corresponde ou não ao regulamento. Já foram recusadas candidaturas por violarem o regulamento. Estamos sempre disponíveis para alterar o regulamento. Aliás, já foi alterado uma vez para apertar mais a malha, e continuamos disponíveis para receber sugestões”.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Disse: “Quanto a este prémio fomos pioneiros nesse sentido. Entendo que a malha deve ser mais alargada. Já houve situações em que de facto não tiveram direito e depois instalaram-se cá. O que nós queremos é cativar as pessoas que venham para o nosso concelho, que venham viver para cá, que tragam para cá riqueza, que produzam aqui, a nossa intenção é essa. Eu penso que em vez de se apertar que se deve alargar Senhor Presidente, a minha opinião é esta”.-----

----- Usou da palavra o senhor membro da Assembleia Municipal Vítor Calvelhe Pires. Disse: “Queria apenas questionar o Senhor Presidente da Câmara sobre o contrato número vinte e quatro de dois mil e dezoito, designado aquisição de serviços concessão e produção de material de divulgação e promoção para a vigésima primeira Feira de Artes Ofícios e Sabores de Vimioso e festival da posta mirandesa. A questão é simples: saber quais foram os materiais produzidos para esta referida divulgação sendo que o valor total pago pela autarquia ultrapassou os dezoito mil euros. O que me parece uma verba bastante

elevada tendo em conta que, como referido, serviu apenas para a divulgação e promoção do referido evento”. -----

----- Para responder usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Relativamente a esta questão do concurso, todos os concursos que a câmara faz ficam na página, de acesso, na internet. Estamos a falar de toda a promoção: cartazes, flyers e outdoors, que foram colocados em vários sítios e mupis. Material para apresentação na casa de Trás-os-Montes em Braga que fomos lá promover. Publicidade que se levou por ocasião da ida a programas de televisão. Dezoito mil euros já com IVA na promoção de uma feira, é uma verba significativa, mas tem a ver fundamentalmente com a produção do material de promoção. Todos os anos ronda estes valores. Enviamos, por exemplo, infomails para todos os concelhos limítrofes, e portanto aqui está integrado também a entrega nos correios disto tudo. Estes contratos prevêm tudo isso. Não me parece que uma verba para promoção de um evento destes, que queremos cada vez mais divulgado, seja exagerada, e este ano nós fizemos ainda uma aposta maior na divulgação, e os resultados vão-se conseguindo ano após ano. Na tenda/restaurante tudo o que era de receitas, e tudo o mais sobre a posta mirandesa, os menus, tudo isso tem a ver com a promoção, e era responsabilidade da câmara municipal”. -----

----- Usou da palavra o senhor membro da Assembleia Municipal Hugo Miguel Jerónimo Rodrigues. Disse: “A sete de março de dois mil e quinze durante a governação do PSD do Dr. Pedro Passos Coelho o Jornal Nordeste e a Rádio Brigantia abriram as suas notícias com o seguinte título “nova ponte sobre o rio Maçãs começa a ser construída em dois mil e dezoito” dizia o então Presidente das Estradas de Portugal e da REFER António Ramalho. Passo a citar: um dia de esperança para o concelho de Vimioso, foi assim que apelidou o dia em que ficou confirmada a construção de uma nova ponte sobre o rio Maçãs, que encurtaria a ligação entre Vimioso e Carção, e consecutivamente a ligação à auto-estrada transmontana e à sede de distrito. Este anúncio tal como todos se recordarão contou com a presença do Primeiro-ministro Dr. Pedro Passos Coelho fazendo dessa forma o anúncio de que a obra começaria em dois mil e dezoito e terminaria em dois mil e dezanove, diga-se um anúncio que não seria nada mais que isso. Pois a anunciar a concretização de uma obra para o ano de dois mil e dezanove sem existência de qualquer tipo de projeto realizado,

seria à partida um anúncio sem qualquer possibilidade de se cumprir. Dizia o então Presidente das Estradas de Portugal, que passo a citar: a intervenção que vamos fazer é potenciar o que existe de forma rigorosa, restrita e racional, com a pouca receita que temos para pudermos ultrapassar, para pudermos contornar o desvio utilizando o resto da estrada nacional número duzentos e dezoito. Com a nova ponte o concelho de Vimioso deixaria de fazer parte das localidades que estão a mais de trinta minutos de uma auto-estrada, o que significa cerca de quatro por cento do território nacional e trinta por cento do distrito de Bragança. Esta nova ponte faz parte, ou fazia parte do plano de proximidade dois mil e quinze dois mil e dezanove, publicado pelas Estradas de Portugal em dezembro passado. A ponte representa um investimento de cerca de vinte milhões de euros, terá uma extensão de um ou dois quilómetros, nove metros de largura e duas vias de uma em cada sentido. O Presidente da Câmara Municipal de Vimioso frisou e bem, que este concelho e o de Vinhais são os que têm atualmente piores acessos à capital de distrito, o que faz com que tenham sido penalizados durante décadas. Passo a citar uma intervenção do nosso Presidente de Câmara: “esquecimento em relação a Vimioso tem gerado mais isolamento. Colocou-se até hoje o distrito em duas velocidades acentuando-se as assimetrias distritais, Vimioso ficou excluído dos eixos rodoviários estruturantes” visão com a qual concordamos. No final da sessão o Primeiro-ministro Dr. Pedro Passos Coelho sublinhou que esta obra faz parte de um conjunto de prioridades para o país, frisando que mais do que promessas é necessário anunciar apenas os projetos que têm condições para serem cumpridos. Disse mesmo e passo a citar, “não é novidade que o país não tenha meios nem recursos para fazer face a todos os encargos que estavam diagnosticados, era preciso ver os prós e os contras daquilo que poderíamos fazer, anunciando com transparência a todos os cidadãos”. Após a cerimónia do anúncio político e decorrido praticamente quatro anos, estando o projeto em estudo de impacto ambiental concluído e em fase de consulta para discussão pública desde o dia treze do dois até ao dia vinte e seis de março de dois mil e dezanove cumpre-nos apresentar a seguinte proposta. Uma moção que queremos aqui apresentar com o título:

“PONTE SOBRE O RIO MAÇÃS DE LIGAÇÃO VIMIOSO - CARÇÃO E A SUA NÃO INCLUSÃO NO PLANO DE INVESTIMENTOS 2030”.

O Grupo Municipal do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Vimioso numa análise à proposta do actual Governo sobre o Programa Nacional de Investimento 2030, apresentado recentemente relativamente aos investimentos na rodovia, bem como relativamente ao programa de coesão territorial, somos a propor o seguinte:

Por considerarmos que o projeto sobre a construção da nova ponte sobre o rio Maçãs ligação Vimioso-Carção é um projeto estruturante para o concelho, apresentamos a seguinte moção, a qual passamos a descrever:

- Entendemos que este projeto se reveste de uma importância e relevância consideráveis para o concelho de Vimioso, por diminuir os riscos de sinistralidade no troço actual da estrada Nacional 218 entre Vimioso e Carção;
- Consideramos que este projeto vem encurtar a distância à A4;
- Este projeto permitirá melhorar o acesso à capital de distrito de pessoas, também dos concelhos de Mogadouro e Miranda do Douro;
- Porque este projeto permitirá melhores condições de transporte de doentes das Unidades Locais de Saúde de Vimioso, Mogadouro e Miranda do Douro para a ULS Nordeste, em Bragança;
- E acima de tudo porque é uma questão de justiça e de coesão territorial;

O PNI 2030 define os investimentos estratégicos que o País deverá lançar na próxima década, alcançando um amplo consenso social, económico e político, estando articulado com os objectivos estratégicos de Portugal 2030.

Neste sentido, e de acordo com o Programa Nacional de Investimentos 2030, apresentado recentemente, relativamente aos investimentos na rodovia pretende-se atingir os seguintes objectivos:

- Apoiar a inovação e a eficiência das infraestruturas existentes;
- Descarbonização do sector;
- Renovar e reabilitar a rede rodoviária, promovendo a dinamização das infraestruturas;
- Concluir itinerários de ligação;
- Minimizar as externalidades negativas decorrentes do uso de veículos motorizados;

Por sua vez, a implementação do subprograma de coesão territorial, descreve que a motivação para a existência de tal medida será dotada com o montante de 80 milhões de euros, para o período 2024-2030, pretende aumentar a coesão territorial e a dinamização da mobilidade nas regiões do interior e fomentar a economia.

A execução deste programa visa aumentar a coesão territorial e a dinamização da mobilidade nas regiões do interior, facultando ligações com itinerários principais e melhorando quer as condições de acesso local, quer aos corredores de grande capacidade.

Ora se, o prolongamento do Itinerário Complementar Nº 5 (IC5) à cidade de Miranda do Douro, está proposta no Plano Nacional de Investimentos (PNI) 2030, no que toca à rodovia, o que permitirá uma melhoria significativa do concelho vizinho, é de elementar justiça que este investimento seja, também, englobado no subprograma da Rodovia ou no subprograma de Coesão Territorial. Sim, porque é uma questão de coesão territorial uma vez que o nosso concelho é dos concelhos do distrito de Bragança aquele que apresenta a maior assimetria relativamente a vias de comunicação de acesso às principais vias que atravessam o distrito.

Face ao exposto e da análise que efetuamos ao PNI 2030 e por esta obra não se encontrar englobada no Plano, consideramos haver a necessidade de que a

construção da ponte sobre o rio Maças de ligação Vimioso-Carção, venha a ser englobada no PNI 2030.

Propõe-se deste modo a sua aprovação e envio para conhecimento ao senhor Ministro das Infraestruturas, Transportes e Habitação, ao senhor Ministro do Planeamento, bem como ao senhor Presidente da República, ao senhor Primeiro-Ministro e a todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República.

Grupo Municipal do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Vimioso

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Trata-se de uma moção que, se eu fosse deputado municipal, votaria favoravelmente. Mas há alguns considerandos que o senhor deputado Hugo Rodrigues fez que, é preciso dizer, a primeira vez, oficial, que se prometeu esta ligação, e eu estou aqui a consultar exatamente também o jornal, diz no notícias do Nordeste, março de dois mil e nove, e nesta sala onde estamos agora e o Jorge Fernandes esteve presente, cito: Na passada sexta-feira o Secretário de Estado das Obras Públicas Paulo Campos, (esteve no Governo Socialista do Primeiro-ministro José Sócrates) esteve em Bragança a anunciar novas estradas para a região do Nordeste Transmontano. Um conjunto de novas intervenções em estradas regionais, vai ser fomentado pelo actual executivo para resolver os problemas de acessibilidades dentro da região, e permitir melhores fluxos com eixos rodoviários estruturantes que até dois mil e onze deverão cobrir todo o distrito de Bragança. Paulo Campos esteve em diferentes concelhos para oficializar o arranque de obras de requalificação das ligações Mogadouro-Vimioso, Vinhais-Bragança, Rebordelo-Mirandela, Vimioso-Bragança, Torre de Moncorvo, Freixo de Espada à Cinta. O objectivo é permitir bons acessos às novas vias de comunicação como a auto-estrada transmontana IP2 e IC5, fim de citação. Poderíamos ver muitas mais notícias. O problema é que esse Governo nem o concurso lançou, para o projeto. Se lesse as minhas declarações de dois mil e quinze, verificará que estava descontente com o calendário. A verdade é que nesse mesmo dia em que o senhor, então Primeiro-ministro, esteve em Vimioso, ou no dia seguinte saiu em Diário da República o concurso para ser elabo-

rado o projeto, e houve uma empresa, um consórcio de empresas a TPF, PLANEGE e a TRIED que ganharam o concurso e que estão a executar o projeto. Claro que o projeto tem as suas vicissitudes fundamentalmente em termos de estudo de impacto ambiental. Só foi possível agora à APA depois de ter pedido todos os esclarecimentos, e eu falei inclusivamente com a directora da área da avaliação ambiental da APA que é a Dr.^a Carmo Figueira, que depois me ligou pessoalmente a dizer exatamente que no dia doze ou treze de fevereiro se iniciaria o período de discussão pública que vai até vinte e seis de março. E o que ela mais me informou é que até ao final de maio, a APA tem de decidir se a declaração é favorável ou não é favorável. Só a partir daí é que se entra no projeto de execução. Tenho estado em contacto permanente com o engenheiro responsável da empresa T.P.F., tenho estado em contacto permanente com a Infraestruturas de Portugal e com a APA. a primeira fase está a correr bem. Demora muito tempo, demora, não queria que demorasse esse tempo todo. Relativamente ao facto de não constar no Programa Nacional de Investimentos 2030, quero-lhe transmitir, ainda antes disto, ainda não tinha saído o Plano cá para fora, e vou-lhe citar a minha intervenção na CIM: Período Antes da Ordem do Dia – Plano Nacional de Investimentos 2030. O Presidente da Câmara Municipal de Vimioso manifestou a sua preocupação, pelo facto de as notícias vindo a público sobre o Programa Nacional de Investimentos 2030, revelarem que este programa não contempla nenhum grande investimento para o território. Referindo-se concretamente aos dados divulgados no semanário expresso disse que os investimentos defendidos e apresentados pela região ao Governo no que concerne às ligações rodoviárias, não constam das prioridades de investimento infra-estruturais para a próxima década divulgados pela publicação, e que se confirmaram. O autarca considerou esta situação como uma afronta ao território e, continuou defendendo uma tomada de posição da Comunidade Intermunicipal relativamente a este assunto, opinião partilhada pelos restantes elementos do Conselho Intermunicipal que consideraram necessária a assunção de uma posição conjunta neste campo, de modo a que as reivindicações do território sejam incluídas no programa. Deliberação: Após análise e discussão o Conselho Intermunicipal deliberou realizar uma conferência de imprensa na sexta-feira dia 11 de janeiro em Macedo de Cavaleiros para expor a sua posição relativamente ao Programa Nacional de Investimentos 2030. Mais deli-

berou solicitar o agendamento de reuniões com os Grupos Parlamentares da Assembleia da República, com o Ministro do Planeamento e Infraestruturas, e com o Presidente da República para debater e analisar as prioridades de investimento na região. Já agora só por curiosidade, na mesma reunião fiz a seguinte intervenção: “Encerramento das Estações dos CTT. Relativamente a este assunto o Presidente da Câmara Municipal de Vimioso, lembrou que a Comunidade Intermunicipal ainda não tomou posição pública quanto ao encerramento da estação dos CTT de Vila Flor, dizendo que se os CTT alegam estar a cumprir o contrato de concessão. A Comunidade Intermunicipal deve ir mais longe, reivindicar a revisão deste contrato, exigindo a permanência de pelo menos uma estação dos CTT em cada uma das sedes de concelho. Opinião partilhada pela Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal e também pelo Presidente da Câmara de Alfândega da Fé. Portanto sobre este assunto, concordando com a moção em absoluto, já houve audiências, com os grupos parlamentares. Já tivemos audiência com o então senhor Ministro, que hoje já não é ministro, com os Grupos Parlamentares do BE, do PSD, e do PS. E para nosso espanto, e para espanto do deputado do distrito senhor Jorge Gomes, o deputado Carlos Pereira do PS, não deixou dizer que, relativamente às pessoas que havia no distrito já tinha havido muitos investimentos. Disse isto um deputado do PS que deixou o deputado do PS eleito pelo distrito de Bragança completamente estupefacto. Há mais, o colega Presidente da Câmara de Macedo de Cavaleiros, Dr. Benjamim, disse depois no fim ao senhor deputado, porque ele é da Madeira e não tem muito mais gente do que nós, olhe para o nosso território como uma ilha! O então senhor Ministro Pedro Marques o que disse não nos convence, se bem que eu sobre planos gosto de ver as coisas concretas, estava no anterior plano não teve a concretização por estar no projeto, eu não percebo como é que um plano que ainda não tem vinte por cento de concretização já é virado do avesso. Mas só para verem, diz o senhor Ministro e vai-se dizendo, uma questão política obviamente: no item programas de coesão territorial que é disto que se trata, aumentar a coesão territorial e a diminuição de mobilidade nas regiões do interior e fomentar a economia. O que é que o Governo previu? Oitenta milhões de euros, mas já estão cá as obras que são para fazer, diz aqui, ligação ao IP3 dos concelhos localizados no corredor sul, IC31 Castelo Branco/Monfortinho. Sabem o que dizem os autarcas desta

região? Oitenta milhões não chega, como é que chega depois para a de Vimioso e para a de Vinhais? Se não chega para esta como é que chega para depois para a nossa. Aqui já estão identificados, mais, há aqui obras que nunca tinham estado identificadas, não foram consideradas como prioridade, e que agora aparecem. É que, a ligação de Mogadouro, da zona industrial ao IC5 já está feita e aparece aqui, isto é de bradar aos céus! Depois vem o senhor Ministro dizer: mas nós para o programa de construção de pequenas ligações temos lá trezentos milhões, pois é verdade, e fala aqui que um dos benefícios será a redução do tempo do percurso, e a nossa encaixa-se também aqui se quiser, mas estão cá todas elencadas, sabem quantas, doze sendo que uma das doze é o IC5 até Miranda do Douro. Este dinheiro não chega para isto tudo! O que nós queremos acreditar, é a minha esperança e o meu trabalho enquanto autarca e cidadão deste concelho, é esperar pelos resultados do estudo do impacto ambiental. Aqui não é muito político porque se trata de questões meramente técnicas, que a declaração de impacto ambiental, a proferir em maio pela APA Agência Portuguesa do Ambiente seja positiva. Não percebo como é que já estando adjudicado o projeto a uma empresa, de cerca de trezentos e tal mil euros, foi a que ganhou o concurso, então era melhor cancelar já o projeto, para quê gastar mais dinheiro? Cancelava-se, pagava-se a indemnização que tinha que se pagar, se não é para fazer para que se faz o projeto. É que estamos a falar de uma década, estamos a falar de uma programação de uma década, e mais, o anterior plano foi aprovado pela maioria dos deputados na Assembleia da República no anterior Governo PSD/CDS. Portanto não se percebe, de repente, como é que há esta mudança e toda a gente é apanhada desprevenida, curiosamente também foi assim em dois mil e quinze. Mas, relativamente a Vimioso, é a verdade, fez-se o que tem que se fazer, em primeiro lugar lançar o concurso para fazer o projeto, curiosamente em dois mil e dezanove também é ano de eleições legislativas, exatamente como em dois mil e quinze". -----

----- Não tendo havido mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a moção apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- **Ponto dois) - PERÍODO DA ORDEM DO DIA.** -----

----- **Ponto dois ponto um) – Informação escrita do Senhor Presidente da**

Câmara relativa à actividade municipal. -----

----- Não houve intervenções. -----

----- Ponto dois ponto dois) – Apreciação e votação da Modificação número:1 Alteração ao Orçamento da Receita número 1 do ano contabilístico de 2019. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Como os senhores deputados bem podem ver têm aí uma informação da Chefe de Divisão Administrativa e Financeira. Do que se trata? É necessário integrar, não é integrar mais dinheiro, é necessário subdividir por áreas de receita. Se repararem nesse documento, presente na reunião de câmara no dia vinte e um de janeiro, aparecem aí os quatrocentos e quarenta e quatro mil quatrocentos e oitenta euros de reforço nas transferências de capital da administração central. É retirado do fundo de equilíbrio financeiro e da participação comunitária em projetos co-financiados exatamente esse mesmo valor. Decorre de um normativo legal, não o tínhamos feito aquando da apresentação do Plano e Orçamento, porque ainda não tinha saído o Orçamento de Estado. Como, por lei, a câmara municipal tem que entregar ao senhor Presidente da Assembleia, o plano e o orçamento até ao final de outubro de cada ano, não era possível na altura ter feito esta separação dos itens da receita, e portanto estamos perante uma questão meramente técnica. Não há aqui dinheiro a mais nem dinheiro a menos há apenas o cumprimento do normativo legal, segundo a informação técnica de que as senhoras e os senhores deputados dispõem”. -----

----- Não tendo havido intervenções, o senhor Presidente colocou o ponto dois ponto dois à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Colocado à votação em minuta, foi aprovado por unanimidade. -----

----- Dada a complementaridade do ponto dois ponto três, e do ponto dois ponto quatro, o Senhor Presidente da Assembleia propôs e foi aceite que fossem discutidos em conjunto, mas que a sua votação ocorreria separadamente.

----- Ponto dois ponto três) – Apreciação e votação da Modificação número:2 Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) número 1 do ano contabilístico de 2019. -----

----- Ponto dois ponto quatro) – Apreciação e votação da Modificação número:2 Revisão ao Orçamento da Despesa número 1 do ano contabilístico de 2019.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “De facto os dois assuntos estão intimamente ligados. No dois ponto três do que, sucintamente, se trata, é da criação de três acções ou rubricas no Plano. Poderão verificar que tem a ver com a acessibilidade aos edifícios públicos, vias públicas e aquisição de serviços para promoção da acessibilidade aos edifícios públicos. Embora esta designação tenha duas classificações económicas, sendo a mesma, isto porquê? Porque nós estamos a ser questionados pela inspecção-geral no sentido de nos questionar que mecanismos ou que acções é que a câmara tem tomado no sentido de dotar os edifícios de acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida. Não significa que nós não o façamos através de outras rubricas, que o fazemos, mas para concretizar a resposta à inspecção e para que fique bem evidenciado esse trabalho que está a ser feito foram criadas essas rubricas. Daí que no orçamento da receita e da despesa, o dois ponto quatro, nós estamos a reforçar estas rubricas com oito mil e quinhentos euros, e portanto, teremos que anular noutras rubricas os oito mil e quinhentos euros, para o reforçar exactamente nesta rubrica, e é disso que se trata”. -----

----- Não tendo havido intervenções, o senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto dois ponto três à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Colocado à votação em minuta foi o mesmo aprovado por unanimidade. Ponto dois ponto quatro posto à votação, foi aprovado por unanimidade, colocado à votação em minuta foi aprovado também por unanimidade. -----

----- Ponto dois ponto cinco) – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para atribuição do abono de despesas de representação para Chefes de Divisão Municipal de 2º e 3º grau. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Senhor Presidente se me permite sobre este ponto dois ponto cinco, depois o Senhor Presidente achará se bem lhe convier, subsistem aqui algumas dúvidas, que se nos colocaram também, à posteriori, e que também o senhor Presidente tem conhecimento”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia. Disse: “Eu penso que este ponto dois ponto cinco, atendendo que a lei não faz referência aos Chefes de Divisão Municipal de terceiro grau, e que o Senhor Presidente de Câmara não delegou nos Chefes de Divisão competências para além do seu cargo, donde penso que este assunto necessita de alguma análise e clarifica-

ção. Proponho à Assembleia a retirada deste ponto, e se a câmara após essa clarificação, que pode resultar de um parecer jurídico, entender trazer o assunto numa próxima sessão fá-lo-á”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “A mim pessoalmente não me suscita dúvidas, como não suscitou em sede de reunião de câmara. Que fique claro, os Chefes de Divisão antes do período da TROICA, tinham direito a despesas de representação. Mais, a Câmara Municipal de Vimioso, aos Chefes de Divisão nos mandatos do Senhor Presidente da Assembleia, como bem recordado deve estar, não processava o pagamento das despesas de representação. Uma inspecção que a câmara teve, salvo erro, em dois mil e nove dois mil e dez, veio detetar essa falha, e a câmara teve que ressarcir os Chefes de Divisão dessas despesas de representação, e foram todas pagas integralmente a todos os Chefes de Divisão, com parecer jurídico também por parte da CCCR. O que acontece é que com o período da TROICA, houve vários cortes. Nunca foram cortadas as despesas de representação aos dirigentes, neste caso aos Chefes de Divisão, o que obrigou é que fossem aprovados em sede de Assembleia Municipal, eles nunca foram cortados e houve câmaras que os mantiveram. É verdade senhor Presidente que as delegações de competências que fiz no início do mandato, foi apenas no senhor Vice-Presidente e no senhor Vereador, mas isso não significa que um Chefe de Divisão mesmo não tendo competências delegadas, que podia ter, mas achamos por bem não delegar, há câmaras que o fazem, não significa que eles, por vezes, e com alguma regularidade, uns mais que outros, não tenham que representar a câmara. A verdade é que um Chefe de Divisão para lá de ter isenção de horário, não tem direito a horas extraordinárias, e portanto se ele trabalhar fora de horas ao sábado ou ao domingo, não recebe nada por isso, enquanto que qualquer outro funcionário da câmara que trabalhe para lá do horário são-lhe processadas as horas extraordinárias. Mas eu reconheço, senhor Presidente, que para clarificar a situação podemos solicitar pareceres. Mais, a questão que se coloca ao senhor Presidente é pertinente e na informação diz isso. As despesas de representação são em função do vencimento, se o vencimento for mais alto as despesas de representação são mais altas, se o vencimento for mais baixo as despesas de representação são mais baixas. Estamos aqui a falar de valores não sei quantificar, mas de valores muito mais bai-

xos que as despesas de representação de um vereador ou do presidente da câmara. A questão que se coloca aqui é que de facto a lei e o técnico superior o senhor António Coelho alertou isso nessa informação, e nós discutimos isso em reunião de câmara, a lei não fala das despesas de representação para chefes de divisão de terceiro grau, ora o chefe de divisão de terceiro grau foi também uma novidade no período da TROICA, só havia de segundo grau. Nós tínhamos sete chefes de divisão, depois foram cortadas várias divisões e tivemos que comprimir as divisões e criou-se uma divisão de terceiro grau, por isso é que o chefe de divisão o engenheiro Gonçalo Alves, que é chefe de divisão de terceiro grau porque não havia mais espaço para mais divisões, ganha menos que os outros, mas não deixa de ser um cargo dirigente intermédio. Se o de segundo grau tem direito, o de terceiro grau, na minha opinião, também deverá ter direito em proporção, mas a lei não o refere. Por isso mesmo senhor Presidente, não tenho problema nenhum em retirar o ponto e respeitarei a decisão soberana desta Assembleia, se votarem em retirar o ponto que me parece prudente, retira-se o ponto. Vamos analisar melhor e se a câmara, se o executivo da câmara achar por bem trazê-lo numa próxima sessão, como o senhor Presidente sugeriu fá-lo-emos". -----

----- Não tendo havido mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia colocou a retirada do ponto dois ponto cinco à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

----- Usou da palavra o senhor membro da Assembleia Hugo Rodrigues. Disse: "Embora seja retirado eu tinha feito uma análise sobre este tema e acho por bem explaná-la aqui, que pode também ajudar para esta averiguação. Ora bem a lei que é referida para esta situação, é até mais especificamente o artigo vigésimo quarto da lei número quarenta e nove de dois mil e doze, que diz o seguinte: despesas de representação. Aos titulares de cargos de direcção superior de primeiro grau e de direcção intermédia de primeiro e segundo grau, portanto os chefes de divisão da câmara municipal estão aqui contemplados na direcção intermédia de primeiro e segundo grau, podem ser abonadas despesas de representação no montante fixo para o pessoal dirigente da administração central através do despacho conjunto a que se refere o número dois do artigo trinta e um da lei número dois de dois mil e quatro de quinze de janeiro, na redacção que lhe foi dada pela lei número sessenta e quatro de vinte e dois de dezembro

de dois mil e onze, sendo-lhes igualmente aplicáveis as correspondentes atualizações anuais. A atribuição das despesas de representação nos termos do número anterior, é da competência da Assembleia Municipal sobre proposta da Câmara Municipal. Portanto aqui a única referência é mesmo direcção intermédia de primeiro e segundo grau, não consta terceiro grau. Encontrei aqui um parecer da CCDR-n relativamente a esta mesma questão do atribuir ou não as despesas de representação a cargos de direcção intermédia de terceiro grau. A pergunta foi mesmo possibilidade de pagamento de despesas de representação a titular de cargo de direcção intermédia de terceiro grau. O que é respondido é que assim isto foi indicado ao chefe de divisão de gestão administrativa da Comissão de Coordenação do Desenvolvimento Regional do Norte. A resposta a esta pergunta é que com a entrada em vigor da lei número quarenta e nove barra dois mil e doze, de vinte e nove de agosto, o pagamento de despesas de representação aos titulares de cargos de direcção superior de primeiro grau, e direcção intermédia de primeiro e segundo grau, passou a depender da deliberação da Assembleia Municipal sobre proposta da Câmara Municipal. Por outro lado, atento ao disposto nas disposições conjugadas dos artigos quarto número três e vigésimo quarto número um, afigura-se não existir fundamento legal para o pagamento de despesas de representação aos titulares de cargos de direcção intermédia de terceiro grau. Conclui-se então que os titulares de cargos de direcção intermédia de terceiro grau, não têm direito a despesas de representação”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Isso é o que decorre, foi o que eu disse, da interpretação da lei. Quando foram criados os cargos de terceiro grau já a lei tinha saído, e portanto há outros pareceres. Sabe que a partir de dois mil e cinco foram cortados os subsídios de reintegração aos titulares de cargos políticos. Eu quando terminar as funções não tenho direito a subsídio de reintegração, o senhor Presidente da Assembleia ainda teve direito ao subsídio de reintegração do primeiro mandato, e os outros vereadores do mandato iniciado de dois mil e dois. Mas, o senhor Presidente no mandato de dois mil cinco dois mil e nove já não teve, a lei saiu, acabou. Quando nós perguntamos, porque houve um vereador que entretanto saiu e pediu o subsídio de reintegração e havia dúvidas por causa das datas, a lei sai já tinham decorrido as eleições de dois mil e cinco na altura setembro ou outubro,

e portanto a lei só sai entre o tempo das eleições e a tomada de posse dos novos órgãos. E mais houve eleitos que tomaram posse antes de sair a lei ou de ela produzir efeitos para beneficiarem disso, e é verdade que o fizeram, é legal, é a tal questão é legal e receberam do outro mandato também. Curiosamente também se aplicava aos senhores deputados da Assembleia da República, fizeram lá uma excessão desde que cumprissem o tempo naquele mandato também tinham direito à tal pensão vitalícia, como sabe e há muitos que têm, é a questão da moralidade. Agora, só para dizer o seguinte, nós pedimos, na altura, um parecer à CCDR-n sobre se deveríamos ou não processar o subsídio de reintegração. O parecer foi negativo, e pedimos um parecer à Associação Nacional de Municípios Portugueses e o parecer foi positivo. Depois, confrontamos a CCDR-n com o parecer da Associação Nacional de Municípios Portugueses, e veio atrás com o seu parecer! De facto, a lei não fala em terceiro grau mas fala em dirigentes, e os de terceiro grau há juristas que entendem que também são dirigentes e são intermédios não deixam de ser dirigentes, a lei é que não os contemplou, porque eles só são criados após a lei, a categoria do terceiro grau. Porque antes só havia primeiro e segundo que são os directores de departamento e os chefes de divisão de segundo grau, ora a lei não se aplicava a mais nenhum, só se aplicava aqueles porque não havia outros. Sendo chefe de divisão e sendo de direcção intermédia, porque é disso que se trata, tenho dúvidas por isso mesmo. Não deixam de ser só pareceres”.

----- **Ponto dois ponto seis) – Apreciação e votação da atualização em 2019 de Valores de Taxas e/ou Preços e Licenças – Regulamentos Municipais.** -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “A exemplo de anos anteriores como podem ver na informação do técnico senhor António Emílio Martins, o que determina a lei é que as taxas e os preços das licenças devem ser atualizados de acordo com a inflação. Portanto tendo sido apurada a inflação no valor de zero sete por cento deviam ser atualizados. Já vem sendo comum, nós preferimos ter taxas com números redondos não é por mais dois ou três cêntimos, quando tivermos de os actualizar ao fim de alguns anos atualizamos, e portanto até é por uma questão de comodidade e de não ser significativo aqui esta questão, porque se a inflação fosse negativa também os mantínhamos se não tinham que descer. A ideia aqui, como podem ver pela

informação e pela deliberação em reunião de câmara, é exatamente não alterar as taxas em função da inflação e mantê-las”. -----

----- Não tendo havido mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Colocou o ponto dois ponto seis à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Colocado à votação em minuta, foi o mesmo aprovado por unanimidade.-

----- **Ponto dois ponto sete) – Conhecimento das “Regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso – Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, republicada em anexo à Lei nº22/2015, de 17 de março.**

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Senhor Presidente este ponto é só para tomar conhecimento, porque a lei determina que ele seja enviado à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal. No total totalizam dezasseis mil euros este conjunto de dívidas. Se repararem uma a uma os valores de algumas são de facto muito baixos. Quando se fala por exemplo de contadores de água algumas pessoas já nem estão nessa residência e portanto, não é fácil estar a conseguir que as pessoas venham pagar. Há outras pessoas que vão alegando insuficiência financeira aqui nalguns, e outros estão a pagar a prestações mas não deixa de estar a dívida incorporada. Nós, câmara, tudo temos feito para que as pessoas venham pagar, muitas vezes o que acontece é que as pessoas vivem fora do concelho, mas têm cá as suas habitações. Se repararem a maior parte das dívidas tem a ver com a água, saneamento e limpeza porque vai tudo na mesma fatura, portanto a água, o saneamento e a recolha do lixo, com o tratamento dos resíduos sólidos urbanos melhor dizendo. Vamos continuar a fazer todos os esforços para conseguir cobrar estas dívidas que há para com a câmara municipal. São valores individuais relativamente baixos, mas, grão a grão, dá dezasseis mil euros, e portanto tudo faremos para recuperar esses valores”. -----

----- **Ponto dois ponto oito) – Apreciação e votação do resumo do Relatório de Avaliação do conjunto de Prédios Urbanos, sitos na Avenida Carvalho Araújo, nº77 a 91 – Vila Real, propriedade do Município – Autorização para a sua alienação.** -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Nós sabemos que isto é um assunto polémico. Não sei se a maior parte dos membros desta Assembleia tem conhecimento de que o município de Vimioso é proprietário de edifícios em Vila Real. Está aqui um relatório feito por um avaliador um perito

inscrito nas finanças, portanto reconhecido, e que está inscrito na ordem dos avaliadores. Fez o relatório dos imóveis propriedade da câmara municipal. Estes imóveis foram dados em testamento pelo senhor David dos Santos, que os deixou para a cantina escolar de Carção. Como vocês sabem quando funcionavam as escolas e a cantina escolar, havia autonomia da gestão dessas cantinas. Aliás Carção era das poucas localidades que tinha cantina. E o testamento diz mais alguma coisa, que era para comprar roupa para os alunos mais necessitados. A ideia do benemérito era ajudar na escola aqueles alunos mais necessitados, a nível de alimentação, a nível de vestuário e prosseguimento de estudos. Estudaram e bem com este apoio. O que é que acontecia: as rendas desse edificado eram cobradas pela cantina, ou por quem geria a escola de Carção e seriam aplicados nos fins para que quem fez o testamento, o senhor David, pudessem ter esse fim. É evidente que as rendas na altura tinham muito valor, hoje as rendas são relativamente baixas, a renda mais alta é a do restaurante que teve que fazer lá obras significativas, e a renda está em duzentos e cinquenta euros. Na avenida principal de Vila Real a pagar isto, e mais uma residencial e há lá mais dois restaurantes com residencial e um talho, e penso que haverá quatro ou cinco inquilinos ainda, uma senhora já de muita idade. O edifício se quiserem ver o relatório, está muito degradado na parte habitacional, os restaurantes e o talho as pessoas fizeram obras, mas como as fizeram eles próprios a câmara também actualizou em pouco valor a renda. Nós visitamos o edifício. Era do antigo convento de S. Domingos, portanto ele tem uma fachada muito bonita, mas também tem condicionantes à construção. Estava convencido que o valor seria maior, mas não é maior porquê? Porque tem esses condicionamentos de construção, a fachada vai ter que se manter, está em área protegida, e a parte do logradouro do quintal é área não edificável no PDM de Vila Real, portanto só se pode edificar o que lá existe, a área que lá existe, o que significa para um potencial investidor estar a comprar terreno naquela área que não pode ser edificado, tem logo outro valor. De qualquer das formas a questão que se coloca aqui é a seguinte: aquilo está muito degradado nomeadamente a parte habitacional, ao mexer na parte habitacional tem que se mexer em tudo, tirar dali as pessoas somos obrigados a realojá-las pela lei. Portanto, a câmara não tem recursos financeiros nem tem vocação para estar agora a recuperar edifícios desta natureza. Podia fazê-lo, voltar a alugar e ter o rendimento das

rendas, mas o investimento que ali é necessário fazer certamente será de milhões, só fica a fachada tudo o resto teria que ser recuperado. Qual foi a nossa ideia? Já se falava nisto há algum tempo mas atendendo a que a situação de degradação é grande, por exemplo nós todos os anos, não vamos daqui, contratamos uma empresa, lá em Vila Real, para que vá limpar o logradouro, o jardim porque crescem as silvas, e depois é a questão dos incêndios, gastamos cerca de novecentos euros para mandar limpar o logradouro deste edificado. O perito, engenheiro Luís Miguel Martins avaliou no valor de um milhão duzentos e oitenta mil euros. É um valor significativo. A ideia é aprovarmos também aqui este relatório, ter autorização como bem disse o senhor Presidente para vender, isto tem que ser em hasta pública, não pode ser de outra forma. Só poderá ser de outra forma se na hasta pública não houver quem licite no mínimo por um milhão duzentos e oitenta mil euros, se licitar abaixo não lhe pode ser entregue. Já entrei em contacto com o engenheiro Rui Santos meu colega de Vila Real, dizendo-lhe o relatório é este, se quiseres vemos o relatório e vemos se estão interessados ou não, ele perguntou-me qual era o valor, eu disse o valor é o que está aqui um milhão duzentos e oitenta mil euros, ele até conhece bem o perito porque vive em Vila Real e disse-me: não, nós por esse valor não estamos interessados. Já em tempos ainda com o Presidente Manuel Martins, infelizmente falecido, o senhor Presidente da Assembleia, na altura Presidente da Câmara, em negociações, porque eles fizeram o conservatório mesmo colado, aliás há lá uma entrada que é comum para o conservatório e para o edificado que fica na parte posterior, e na altura ele queria comprar mas por um valor muito baixo. De qualquer das formas a questão que se coloca aqui hoje é a questão de aprovar o relatório, que é um relatório técnico. Sei que isto vai ser controverso, não é a venda é depois a aplicação do dinheiro da venda em Carção. Acho que isso depois teremos que reunir com a junta de freguesia com a assembleia de freguesia com Carção para vermos isso. O testamento, se nós formos à vontade do benemérito, ele quer-o para fins escolares e educativos".

----- Usou da palavra o senhor Vice-Presidente António Santos. Disse: "Diz assim o testamento no segundo parágrafo: deixo à cantina escolar António Luís dos Santos de Carção os prédios que possuo situados na Avenida Carvalho Araújo em Vila Real, com os números 77 a 91 com os respectivos quintais. Deixo este legado à referida cantina é com a condição de todos os rendimentos

dos prédios sendo destinado uma parte para vestir os alunos mais pobres e a outra parte para auxílio aos rapazes pobres que desejarem aprender ofícios, de preferência carpinteiros, serralheiros e pedreiros frequentando oficinas em escolas por eles escolhidas. Deixo à referida cantina mil acções da hidroeléctrica do Alto Alentejo. E diz também a certa altura do testamento, as crianças que beneficiarem destes apoios mais tarde quando puderem devem reembolsar à cantina escolar os apoios recebidos”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “A Assembleia é soberana mas a câmara não tem condições financeiras para recuperar este património. Só dizer-lhes porque é que hoje é da câmara. Como vocês sabem na década de oitenta, (oitenta e cinco, oitenta e seis) há legislação que transfere para a responsabilidade das câmaras todos os edifícios do primeiro ciclo. Hoje as escolas primárias são todas nossas, nós já vendemos uma escola em Angueira e o dinheiro foi investido em Angueira, vendemos uma escola em Matela e o dinheiro foi investido em Matela. Se houver outras escolas que se possam vender que não estejam a ser usadas, acho que é preferível as pessoas darem-lhe uma utilização do que estar ali completamente abandonadas. O meu compromisso, e tenho cumprido, é que o dinheiro da venda desse património seja gasto na localidade desse património, em conversação com a junta de freguesia que há-de dizer onde é que acha que deve ser gasto, ou que deve ser investido o dinheiro. Há mais escolas que podem vir a ser vendidas, estamos a pensar nalguns, casos daquelas que não têm utilização nenhuma, e gastamos dinheiro com elas às vezes para mudar vidros, arranjar portas e fechaduras, que não têm utilização. Hoje a de Angueira é de particulares, a de Matela é de particulares, infelizmente não temos alunos para usar as escolas, como vocês sabem já só há escola em Vimioso do ensino básico até ao nono ano”. -----

----- Usou da palavra o senhor membro José Amadeu Vara Rodrigues. Disse: “A interpelação que eu queria fazer a esta Assembleia era o seguinte: segundo a minha opinião foi doado para a cantina da escola de Carção, não foi doada à escola de Carção. Há uma diferença considerável entre ser doada à cantina, e ser doada à escola, só queria saber qual era o parecer que tinham sobre essa doação”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia. Disse: “Neste momento nós estamos só a pensar na autorização da alienação e a apreciação do

relatório, mas penso que isso será para depois, porque se não vendermos não se põe esse problema. Mas já agora e que se falou nisto, eu não conhecia o testamento nunca o tinha visto, e fala aí nas mil acções da hidroeléctrica. Eu que passei pela câmara entendia e se eu soubesse que ele tinha mil acções, que alguém devia tentar saber onde é que foram parar essas mil acções. Neste momento eu pedia ao executivo que tentasse de uma forma ou de outra, indagar onde param essas mil acções, que era muito dinheiro”. -----

---- Usou da palavra o senhor membro Serafim João. Disse: “Isto é um assunto que já o temos vindo a discutir, embora não seja este, este aqui só está em causa o relatório e a autorização de venda. Isto é uma coisa que me dá um certo prazer falar e não vai ser só hoje, porque hoje só está em causa a apreciação do relatório e venda do edifício. A questão mais complicada aqui, e o senhor Presidente da Câmara já o referiu, é o que vem a seguir onde vai ser aplicado esse dinheiro. Contrariamente áquilo que já foi dito o testamento não foi lido só aqui hoje, nós pelo menos há vinte anos que andamos a falar no testamento. Já vem do tempo do Dr. Mina, já vem do tempo do engenheiro Miranda, já vem do tempo do senhor Presidente da Assembleia. Eu nessa altura ainda não era adulto, ainda não tinha opinião ou não me a deixavam ter, e vou explicar porquê senhor deputado Hugo. Havia um elemento do seu partido que me disse um dia, e já o referi aqui, já ouviu que não podíamos falar muito, não é como hoje, hoje felizmente podemos falar seja do partido a, b, ou c e ainda bem. Agora isto aqui dá uma certa paixão e eu até propunha outra coisa pode ser aprovado hoje o relatório, isto é uma coisa muito séria, porque mexe aqui com muito dinheiro se efetivamente for vendido. Mexe aqui com bens de um ser humano que partiu deste mundo para outro, mas que deixou cá na terra alguma coisa. E o que dizia há bocado ali o senhor Mina a cantina escolar é uma coisa a escola é outra, e nunca na altura, o Dr. Mina tentou desvincular esse nó. Quem criou esse nó foi o Governo da época, mas nós câmara, nós concelho de Vimioso que todos nós cá residíamos e eu lembro-me porque já era gente, nunca se tentou desvincular as duas coisas. Porque por exemplo, existe em Carção a casa do Povo de Carção, que não é da câmara nem da junta é de Carção, é de uma associação, e quando for vendido ou não, ou destruído, há uma associação que a está a gerir, bem ou mal está a geri-la. Agora até está lá a junta de freguesia e ainda bem desenvolvem-se lá uma série de

atividades e ainda bem que assim é. A cantiga escolar, provavelmente foi das primeiras cantinas escolares do concelho de Vimioso, e talvez do distrito de Bragança, onde crianças e eu comecei lá aos cinco, seis anos a comer as primeiras sopas de leite achocolatado, as primeiras manteigas que vieram dos Estados Unidos que vinham através da Cáritas. E este relatório que aqui está, eu até acho que devia ser feita uma Assembleia extraordinária para depois debater este assunto à posterior depois de ser vendido, e o que é que se pode fazer com estes bens ou com o lucro da venda destes bens, se é que é lucro, isto já dá muito prejuízo. Já no tempo do engenheiro José Miranda se estava na perspectiva de se vender estes imóveis por cerca de duzentos e setenta mil contos que é mais ou menos o valor de agora, mas entretanto passaram vinte anos, se na altura se tivesse vendido e aplicado esse dinheiro imaginem o balúrdio que tínhamos agora. E depois também defendo outra coisa e o testamento di-lo, e o que diz o testador nunca ninguém o apaga porque ele não revogou o testamento, nós se calhar agora estamos a dar-lhe outras interpretações, e assiste-nos o direito de interpretar e emitir pareceres e dizer isto ou aquilo, mas uma coisa é certa e em parte a câmara já o está a fazer, já o está a fazer em relação a todos os alunos do concelho de Vimioso, não é só dos de Carção, os de “Carção” neste contexto têm que ser privilegiados. E o que está a fazer a Câmara de Vimioso neste espírito também já está a pagar as propinas a alguns alunos da faculdade ou das universidades, também os de Carção têm de ser neste contexto privilegiados, se para os outros são dois para os de Carção têm que ser quatro, por exemplo, ou três, fazer uma pequena diferença. Por isso é que eu digo a se efectivar a venda que seja Carção beneficiada. Eu dava uma sugestão a cantina existe no edifício, a escola existe, onde se fazia o pão para a escola existe, o logradouro existe e os anexos existem, pode haver um projeto para aquela zona envolvente toda no contexto das artes e ofícios. O testador di-lo, privilegiar as artes e ofícios, assim como se dão cursos sócio-educativos podem ser trabalhados lá alguns desses ofícios em Carção. É evidente que o ferrador acabou, o moleiro acabou, o sapateiro acabou, o caldeireiro acabou, mas as crianças que hoje nascem nem conhecem isso e nem querem conhecer. Agora eu defendo que este relatório feito por um técnico, e quem somos nós para por em causa os técnicos, mas propunha, não sei se isto é aceite ou não mas é uma opinião minha, que como vos disse mexe comigo e é uma certa

paixão que eu tenho por isto, como tenho por outras coisas e desde que seja da minha aldeia mais ainda, propunha que este assunto fosse tratado de uma Assembleia após a venda se é que efetivamente se vai efetivar. De qualquer forma da minha parte depois na altura terei oportunidade de dizer algo mais”. --

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carção. Disse: “O que eu tenho aqui a dizer é a minha opinião pessoal enquanto presidente da junta de Carção, e dizer que concordo com a venda aproveitando provavelmente um bom momento imobiliário. Concordo com esta venda garantindo que as receitas eventualmente conseguidas sejam canalizadas na sua totalidade, conforme dito pelo Senhor Presidente da Câmara, de acordo com os objectivos, vontade e desejos do defunto testador”. -----

----- Usou da palavra o senhor Vice-Presidente da Câmara. Disse: “Meus caros tenho simplesmente a dizer isto, embora o lugar que desempenho, as funções que ocupo me obriguem conscientemente assumir de corpo inteiro a despartidarização absoluta no que respeita a questões desta natureza, perdoem-me, mas neste caso em apreço é obvio que tenho que tomar partido. Calcei os meus primeiros sapatos pagos com este dinheiro, vesti calças rotas no cu, desculpem a expressão, pagas com o dinheiro dos beneméritos, daí que fui um dos bafejados pela sorte de haver um benemérito em Carção. A este propósito queria ler aqui uma passagem de uma tese de doutoramento que aborda precisamente esta temática. Diz o seguinte: assim Carção que outrora tinha sido rica pela sua indústria e grande comércio, viu-se sem fontes de riqueza e consequentemente as novas gerações não puderam emigrar e começaram a viver muito pobremente. Houve porém uma numerosa família de oito irmãos tendo emigrado para o Brasil para onde levaram a indústria de curtumes, que existia em Carção, e lá se aperfeiçoaram, modernizaram, desenvolveram e tiveram melhor sorte, em pouco tempo fizeram uma fortuna considerável. Três desses irmãos António Luís dos Santos e o comendador José António dos Santos e David dos Santos, entregaram a fábrica ao resto da família e regressaram a Portugal. E então em mil novecentos e trinta e quatro decididos a alterar a situação escolar da aldeia que era muito pobre, mobilizaram esforços e influências e com o apoio e participação do Estado mandaram construir um magnífico edifício escolar, com quatro amplas salas de aula, com o melhor mobiliário e material escolar da altura e ofereceram roupas e livros às crianças mais po-

bres, (como não havia nenhuma rica foi para todos). A população escolar aumentou imediatamente, vejam bem mas não o suficiente no seu entender, pois havia muitas crianças mais pobres e famílias pobres que não mandavam os seus filhos à escola. Não resignados com a situação e fazendo tudo para alterá-la criaram em mil novecentos e quarenta e um a cantina escolar e depois então outros exemplos se seguiram, esta foi a primeira cantina do distrito, só após isto é que foi criada uma outra cantina em Alijó. O espírito do testador é de facto este é indiscutível é o apoio às crianças desfavorecidas. Infelizmente em mil novecentos e oitenta e quatro, salvo erro o Governo de Mário Soares decidiram, bem ou mal, na altura devia ter sido discutido, transferir para os municípios esses bens mesmo os deixados em testamento. É obvio, toda a gente compreende e Carção exige que o espírito do testador é sagrado, no momento da morte o testador pensa nisto mesmo é sagrado que o espírito do testador seja respeitado. Daí que não pudesse deixar passar esta oportunidade e concluindo assim: Carção é uma pequena aldeia igual a tantas outras continua na tese do doutoramento, que passou pelas mesmas dificuldades que o resto do país ao longo dos tempos ou até mais acentuadas. E só há escola e só há vida intelectual organizada onde as necessidades essenciais da vida e num período onde o Estado não apoiava a criação de uma escola nova como o jardim-de-infância, conseguiu não só abrir uma instituição destas características como alcançou ainda a abrir e a manter uma escola do primeiro ciclo, proporcionando assim a todos os cidadãos neste âmbito as mesmas ou talvez as melhores oportunidades de muitos portugueses. Terá razão o senhor presidente da junta quando diz, Carção tinha outras condições isto em resposta a alguns argumentos, outras condições mais privilegiadas, as crianças de Carção tinham outras condições mais privilegiadas que não as crianças do resto do distrito, quiçá talvez do resto do país. E acaba dando um exemplo que este trabalho de beneficência e de bem-fazer de apoio aos pobres foi depois continuado com outro benemérito, felizmente Carção teve alguns beneméritos, que foi o saudoso Padre Amândio Lopes. E para concluir apenas uma curiosidade no testamento, não é fácil a leitura porque a caligrafia é daquelas que exige algum treino de legibilidade. Termina assim: deixo à referida cantina, (aquilo que revoltou o senhor Presidente da Assembleia), mil acções na hidroeléctrica do Alto Alentejo, com a condição de gastar uma parte do rendimento em pequenas obras de

recuperação da escola, e a parte restante, (vejam bem o vanguardismo e o espírito avançado e a projecção do futuro que tinha esta gente), destinar-se-á à plantação por cada aluno de uma árvore fornecendo-lhe nesse dia merenda de pão e frutas, e prémios aos que melhor tratarem das suas árvores. Quão actualizado não está este prémio, e quão actualizado não estará este desafio a todos nós e a toda a gente do país”. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da junta de freguesia de Caçarelhos, Licínio Martins. Disse: “Depois das intervenções apaixonadas vem uma menos apaixonada, sou do outro lado do concelho mas compreendo perfeitamente estas intervenções das gentes de Carção tão apaixonadas em relação a este tema. A minha opinião pessoal e como Presidente da União da Freguesias de Caçarelhos e Angueira, é que temos que ser racionais, o edifício neste momento deve ser realmente vendido e que deve beneficiar as gentes de Carção exclusivamente. Agora falou-se aqui e leu-se uma parte do testamento que eu desconhecia, falaram aqui dois apaixonados de Carção que beneficiaram, eu sugeria-lhes que lessem o testamento até ao fim porque também diz que têm que devolver, se são bem-sucedidos. Já o fizeram?”. -----

----- Usou da palavra o senhor membro da Assembleia Municipal Serafim João. Disse: “O senhor Presidente da União das Freguesias de Caçarelhos e Angueira lançou-nos o repto se nós já tínhamos feito essa reversão do que a gente recebeu. Temo-lo feito todos os dias e a prova é que estive já em Lisboa já estive no Porto, já estive em Bragança, já quis estar em Carção, já quis estar em Vimioso e houve alturas que não me deixaram ficar em Vimioso, tive que ir para Bragança, quis ficar em Carção tenho lá uma casa que recuperei, e tenho-me dedicado todos os fins-de-semana quando posso a vir a Carção e a vir a Vimioso, principalmente nos últimos dez anos. Mas felizmente ou infelizmente, vamo-nos tornando mais velhinhos, e às vezes temos que regressar aos sítios onde nos dão mais apoio e mais carinho. Tenho recebido algum e também já fiz e faço essa plantação ou procuro elucidar os nossos alunos, que também são meus alguns, e outros são vossos, e não há ano nenhum que a gente não plante, e a prova disso é o Engenheiro Gonçalo, que todos os anos o chateamos para que nos arranje árvores para plantarmos no anexo à escola ou no terreno anexo à escola. E na aldeia também já o fiz, já plantei várias árvores felizmente ajudei a fabricar “dois filhos” e também já escrevi dois livros um de-

les ajudei-o a escrever, o outro é de autoria própria. Se todos fizerem o que eu fiz e seguirem o meu exemplo, embora com muitos defeitos, se calhar sou a pessoa com mais defeitos que existe aqui nesta sala, mas que os assumo de corpo e alma, e estou disposto a corrigir-me todos os dias. Mas também lanço aqui o repto que todos sejam mais corretos para este concelho e tentem fazer o máximo por ele, porque assim como Carção e os Carçoneiros fizeram por mim também estou a fazer e faço por eles alguma coisa e por este concelho também”. -----

----- Não tendo havido mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto dois ponto oito à votação, tendo sido aprovado por maioria com duas abstenções dos senhores membros José Amadeu vara Rodrigues e José Manuel Alves Ventura Presidente da Junta de Freguesia de Vimioso. Colocado à votação em minuta foi aprovado por maioria com uma abstenção do senhor membro José Amadeu Vara Rodrigues. -----

----- **Ponto dois ponto nove) – Deliberação ao abrigo da Lei nº50/2018, de 16 de agosto (Transferência de Competências) e respetivos diplomas setoriais. Decreto-Lei nº20/2019, de 30/01/2019 (Proteção e saúde animal e segurança dos alimentos). Decreto-Lei nº21/2019, de 30/01/2019 (Educação). Decreto-Lei nº22/2019, de 30/01/2019 (Cultura).** -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Como podem ver saíram, já depois da Assembleia extraordinária, estes novos decretos regulamentares. Há um deles que não se aplica ao nosso distrito, que é o da saúde porque nós temos uma Unidade Local de Saúde e portanto, onde existem Unidades Locais de Saúde não há essa descentralização de competências. Aplicam-se ao nosso município Vimioso, a proteção e saúde animal e segurança dos alimentos, educação e cultura e outros nomeadamente segurança social ainda virão a ser publicados. Eu não vou repetir aquilo que disse na Assembleia extraordinária, mas o argumento é o mesmo de não aceitar, sendo que as da educação nós já as temos, e portanto as competências que nos querem transferir relativamente à educação, por exemplo mantêm-se na mesma os vinte mil euros mas temos de fazer muitas mais coisas. O melhor é continuarmos, para já e depois equacionar. Volto a repetir que a partir de dois mil e vinte e um as competências, conforme está, são todas exercidas pelas autarquias. Mas por exemplo relativamente à proteção de saúde animal e segurança dos ali-

mentos na abertura da feira dos sabores em Miranda do Douro, estava lá a senhora Diretora da Direção Geral de Alimentação e Veterinária e eu questionei-a. Por exemplo, o vencimento do nosso veterinário municipal em quarenta por cento é pago pela DGAV. Se aceitarmos as competências vamos nós pagar tudo do orçamento da câmara? Respondeu-me: há receitas. Num concelho como o nosso que receitas é que há? O problema é esse, é a questão da interioridade, num concelho como o nosso que receitas temos nesta área? Muito diminutas, não dá nem para vinte por cento do vencimento. Portanto, mais um encargo para a câmara municipal. Mais, eu não trouxe mas há um parecer do veterinário municipal e também de outros concelhos vizinhos, de Mogadouro e de Miranda do Douro a manifestarem-se contra outros aspectos mais técnicos deste diploma, porque eles acham que na questão da saúde animal deve haver uma uniformidade, e a partir daqui cada município poderá fazer isoladamente coisas diferentes. Não significa que o diploma não tenha algumas coisas positivas, tem, nomeadamente a nível dos licenciamentos, alguns licenciamentos em vez de irem diretamente à Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte passam a ser deferidos só pela câmara municipal. Mas também a experiência que nós temos da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, não é que os processos estejam lá muito tempo, portanto eles até são deferidos em tempo bastante razoável. Quanto à cultura a única coisa que se trata, estamos a falar de património classificado, de imóveis classificados, a única coisa que transferem para o município, se aceitarmos é o castelo de Algosó. E tem lá a verba que transferem mil euros por ano. Por acaso está lá uma senhora que está num CEI +, que também está pela Direção da Cultura do Norte. Fica muito mais caro à câmara para ter lá essa pessoa, que não tinha que a ter, apenas quer colaborar com a Direção da Cultura do Norte no sentido do centro de acolhimento do castelo estar aberto, e depois a Direção da Cultura do Norte quando pode quando tem orçamento também o faz. Aliás já estive lá uma empresa de segurança a fazer esse trabalho. Eu falei diretamente com o Dr. Carlos Miguel, Senhor Secretário de Estado das Autarquias locais, e pus-lhe esta questão pessoalmente e por escrito, e ele disse: desconhecia, tenho que falar com a colega da cultura. Os mil euros é para pagar a luz e os produtos de limpeza do centro de acolhimento de Algosó com mil euros não se faz absolutamente mais nada por ano. E eu disse e escrevi ao senhor Secretário de Estado se me ga-

rantirem o pagamento de um assistente operacional, que é a categoria mais baixa na câmara municipal, se me garantirem o pagamento do ordenado de um assistente operacional eu aceito já, porque nós hoje já estamos lá a gastar dinheiro, agora o que eles querem é que eu assumo tudo. E depois, por exemplo, não é necessário fazer um seguro de responsabilidade civil, se algum visitante lá se aleijar quando vai ao castelo, quem é que o paga? Não é nada barato um seguro destes. Não é necessário fazer obras de manutenção? Se forem lá ver agora aqueles cabos que estão no varandim de proteção, alguns foram roubados outros foram destruídos, quem é que paga? É com mil euros? Aqui se vê exatamente, foi o que eu disse ao senhor Secretário de Estado, temos de ver as situações de forma individualizada, e acho que há abertura para o fazer. E digo-lhes uma coisa se o senhor Secretário de Estado se na delegação desta competência nos disserem que nos pagam o funcionário, eu aceito-as imediatamente. Porque reparem, sabem quem é que vai fazer a limpeza do castelo quando é necessário desmatar lá a vegetação? A câmara. Sabem quem vai reparar quando a porta se avaria, a câmara, sabem quem vai reparar a luz quando avaria, a câmara. Nós já o fazemos sem receber. Agora a questão do funcionário parece-me claramente pertinente, embora sejamos nós, junta de freguesia e câmara os culpados muitas vezes de o castelo estar fechado. Basta consultar o site da Direção Regional da Cultura do Norte para saber que responsabilidade é deles tanto que a querem transferir para nós. Portanto, não se pode aceitar, numa primeira fase, competências quer na área de proteção e saúde animal e segurança dos alimentos, quer na cultura. Na educação nós já temos, e parece-me que neste momento é melhor a que temos do que a que está prevista. A deliberação da câmara, por unanimidade, foi de não aceitar para já estas competências, que é isso que vai à votação, é a deliberação da câmara não aceitar as competências para comunicar à DGAL, mas de facto esta da cultura e esta da proteção de saúde animal, são tão evidentes o prejuízo financeiro que a câmara vai ter, é por demais evidente”.

----- Não tendo havido mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto dois ponto nove à votação, tendo sido aprovado por maioria. Abstiveram-se os senhores membros da Assembleia, Hugo Miguel Jerónimo Ribeiro Rodrigues, Carlos Manuel Meirinho Martins, Luciano Lopes Alves, Vítor Américo Calvelhe Pires e José Manuel Alves Ventura. Colocado à votação em

minuta, foi o mesmo aprovado por unanimidade.-----

----- **Ponto dois ponto dez) – Outros assuntos de interesse para o município.** -----

----- Não houve intervenções. -----

----- **Ponto três) PERÍODO PÓS ORDEM DO DIA.** -----

----- Usou da palavra o senhor membro da Assembleia Carlos Manuel Meirinho Martins. Disse: “Tenho aqui dois assuntos, um deles tem a ver com a contratação na área de infância do concurso do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários, que resultou na admissão de três assistentes operacionais nesta área de apoio à infância. De acordo com o aviso ao concurso datado do dia dezasseis de agosto de dois mil e dezoito, nomeadamente no ponto cinco onde nos fala das funções de categoria profissional que essas pessoas têm que desempenhar, não consigo encontrar em relação a este concurso de apoio à infância quaisquer funções na área administrativa, nem consigo encontrar em todo o aviso a perecibilidade de cederem esses assistentes operacionais a outras instituições. Mas como sabem, e para quem não sabe passa a saber um destes assistentes operacionais foi contratado e está na secretaria da escola, que é da área administrativa e para qual também houve o recrutamento de sete pessoas, e outro deles foi cedido ao ATL da Santa Casa da Misericórdia. Em reunião, no início do ano lectivo com os pais e encarregados de educação, o senhor Presidente do Agrupamento Escolar tornou público que havia carência de pessoal realmente nesta área na escola. Para dar resposta a tal carência pensei que este recrutamento viria de certa forma reduzir este défice demonstrado pelo senhor Presidente do Agrupamento. Questiono o senhor Presidente da Câmara e a vereação da área educativa que explique o seguinte: se o concurso é para a área da infância porque é que um funcionário está na secretaria da escola, uma vez que também não referia concurso para a administrativa, e ainda porque uma das funcionárias desempenha funções no ATL da Santa Casa, funcionário totalmente pago pelo município. Tenho aqui mais uma questão que tem a ver com o ranking escolar que saiu esta semana. Foi publicada nesta semana na imprensa, em que a escola básica de Vimioso aparece no lugar mil e setenta e nove a nível nacional. Questiono também se já identificaram os motivos para este cenário, e que medidas estão a ser tomadas no presente, e por bem tomá-las no futuro para reverter esta situação. Quero

acreditar que a introdução dos técnicos no projeto do PIICIE que é o Plano Integrado Inovador de Combate ao Insucesso Escolar de terras de Trás-os-Montes, alunos diferentes oportunidades iguais, resulte numa viragem do ponto de situação a curto prazo, uma vez, que, mesmo antes de serem conhecidas as listas do pessoal admitido, alguns deles já sabiam que entravam, e provavelmente já estão preparados atempadamente para combater tal insucesso”. ---

----- Para responder usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “De facto, no âmbito da regularização dos precários, em reunião de câmara foram decididas as áreas que são necessárias. Todos eles são assistentes operacionais e portanto, é prerrogativa do Presidente da Câmara distribuí-los da forma que achar, porque são assistentes operacionais. Mas folgo em saber e amanhã ou segunda-feira tomarei medidas, retirarei a funcionária do ATL se isso vos coloca alguma questão. As relações com a Santa Casa é no sentido da melhor relação e colaboração. Como sabe a responsabilidade primeira do ATL é da câmara, fez um protocolo com a Santa Casa da Misericórdia, e sabe de outros protocolos, eu acho que são bons, esta abertura com a Santa Casa da Misericórdia para o bem das crianças. Tendo-se verificado, como nós verificamos, o pedido de mobilidade que foi concedido a uma funcionária da escola que estava na secretaria, recorremos porque, ainda não tinham entrado os operacionais da área administrativa, a uma assistente operacional já admitida. Dois deles estão na área à infância porque uma está na cozinha, já estava antes, o que eu estou a dizer, é que mesmo a que está na área administrativa, se estiver na área de alunos está a prestar apoio à infância. O que eu lhe quero dizer é que um assistente operacional, o Presidente da Câmara que gere os recursos humanos, porque há outras pessoas com outras categorias a exercer outras funções, desde que eles aceitem. Se for assistente operacional, a não ser que seja uma função específica e precise de alguma formação específica para tal. Mas se perguntar ao senhor Diretor neste momento nós temos colocado lá mais gente na escola, mais do que aquilo que recebemos dos rácios, muito mais. Se não tem sido a câmara, ainda antes de assumir as competências, havia constrangimentos graves no funcionamento do agrupamento por falta de funcionários, está ali o senhor Diretor que o pode confirmar. Quantas pessoas estão lá dos CEI +. Apareceu uma necessidade urgente motivada por uma situação e procurou-se encontrar o melhor recurso para essa necessidade

urgente. Qual é o problema? Eu nem vou entrar nessas questões. O senhor deputado sabe tão bem quanto eu, porque antes de estar lá essa funcionária no ATL estava lá outra que está na secretaria. Nunca se queixaram! Ou queixaram-se? Ou se calhar você queria escolher as que iam para a misericórdia. Não faça isso, acho que lhe fica mal. Queria escolher! Já percebi que não gostam lá da funcionária, não há problema, ela sai, toda a gente percebeu, para bom entendedor meia palavra basta. Relativamente à questão do ranking da escola, não estou muito dentro do assunto, mas penso que só tem a ver com os exames, não tem a ver com o funcionamento da escola ao longo de todo o ano, penso que só tem a ver com o resultado dos exames nacionais. Quanto melhor ficar classificada a escola melhor, mas desconheço o processo. Agora, eu sou professor e não vejo o resultado da avaliação de uma escola só por um ranking, um aluno não se pode avaliar só num dia ou dois, ainda por cima quando estamos no ensino básico, já não digo o secundário que já é diferente, agora no ensino básico é isto. Quanto ao programa do combate ao insucesso escolar, houve um concurso, foram selecionados, estão a fazer o trabalho e do que eu sei, da informação que tenho, que é acompanhada pelo vereador Sérgio Pires, estão a fazer um bom trabalho, estão a dar um ótimo contributo para a escola. Disse-o aqui várias vezes quando foi levantada essa questão, os fundos comunitários foram vocacionados para essa área do combate ao insucesso escolar. Se eu pudesse gerir os fundos comunitários de outra forma que não aquela que é determinada pelo Governo não os aplicaria assim, eu pessoalmente não o faria assim, porque não podemos aplicar o mesmo remédio para doenças diferentes, não podemos, mas é assim. É assim em todos os municípios da CIM Terras de Trás-os-Montes, são os que eu conheço, todos eles têm esta equipa interdisciplinar porquê? Porque há financiamento para a equipa. Eu sinceramente aplicá-lo-ia de outra forma, acho que se podia combater de outra forma, com os recursos que têm podia ser de outra forma, acho que é extremamente importante por exemplo a CPCJ, era preferível muitas vezes reforçar as CPCJ com mais técnicos do que dessa forma, porque nós sabemos onde estão os problemas iniciais. É que, os problemas não estão só na escola, já estão fora da escola, nós sabemos disso. Sempre que houver dúvidas sobre o processo de recrutamento e os concursos, há audiências prévias as pessoas podem reclamar, podem-no fazer eu não me chateio nada com isso, confio em

quem faz o processo administrativo, é o júri que seleciona os candidatos. É um processo normal, até porque estamos a falar de uma instituição pública, não estamos a falar de instituições privadas que essas não precisam de fazer concurso. Se há dúvidas sobre a legalidade dos processos, eu não estou a dizer que não possa haver erros, já os cometemos e foram resolvidos, ninguém é perfeito, mas se houver dúvidas as pessoas reclamam, segue o trâmite normal e no final há-de ser dada razão ou não. Já houve situações em que a inspeção nos disse que tínhamos que alterar um processo, foi alterado, e mesmo os técnicos da câmara acharem que não fazia sentido, mas a inspeção disse e nós cumprimos o que a inspeção disse. Não tenho problema absolutamente nenhum sobre esse aspeto”. -----

----- Usou da palavra o senhor membro da Assembleia Serafim João. Disse: “Uma vez que foi referido aqui a figura do Diretor no sentido de saber o que se passa em termos de rankings das escolas, em termos de funcionamento dos funcionários que lá existem, é bem que se diga que neste momento os funcionários ou o pessoal não docente, é da única responsabilidade da câmara, embora esteja a ser gerido pela escola. Os funcionários agora passaram no âmbito das competências, já vem desde dois mil e doze ou dois mil e treze, neste momento todos os funcionários não docentes, neste momento posso não precisar, mas da parte da câmara sempre nos foram fornecidos mais funcionários do que o próprio Estado previa no rácio. Neste momento há-de estar mais ou menos o número de cerca de vinte e um funcionários assistentes operacionais e cinco assistentes técnicos na secretaria. Se são assistentes técnicos, se são assistentes operacionais a nós o que nos interessa é que nos façam o trabalho, até porque antes da transferência de competências, já existia lá uma funcionária que sempre trabalhou na secretaria sendo assistente operacional, e fez um bom trabalho como estão a fazer estas duas funcionárias que estão lá colocadas pela câmara. Ou seja, a câmara cedeu-nos aqueles dois funcionários no âmbito do serviço administrativo, como temos lá outras no serviço da cozinha, como temos lá outras três ou quatro no âmbito do apoio à vigilância e outra organização do agrupamento. Relativamente à questão do ranking, o próprio Secretário de Estado João Costa está manifestamente contra os rankings, e afirmou ele que, muitas vezes, é a comunicação social que tem sede desses rankings. Toda a gente gosta de ver em que lugar ficou na certeza porém que

quem escolhe os alunos fica sempre bem colocado. E hoje temos a certeza, e o senhor Secretário de Estado também já o referiu em algumas reuniões, as escolas e os colégios escolhem os alunos, dão-lhes o tratamento que eles acham e atuam em conformidade no âmbito do privado, e normalmente são os privados, e também já puseram em causa eles próprios, já se levantou alguma suspeita sobre esse ranking. Agora há uma coisa que também lhe quero dizer, a nossa escola está, se calhar, nos primeiros lugares em termos de escola inclusiva, que é uma nova dinâmica que vai entrar agora nos agrupamentos, mesmo no que diz respeito à avaliação das escolas. A avaliação externa das escolas vai passar agora muito pela escola inclusiva e nós temos, é dos poucos agrupamentos que tem três crianças com mobilidade reduzida, atendendo à grandeza do agrupamento para um universo de duzentos e vinte e cinco alunos, temos três com mobilidade reduzida. Isso também convém que seja referido, e temos provas quer os nossos alunos na articulação entre as turmas, quer no bom relacionamento e na socialização dos nossos alunos temos tido “sempre” os parabéns por parte das organizações que analisam essa situação no âmbito da escola inclusiva. Relativamente ao PIICIE, convém referir que não tendo ainda muito tempo de trabalho, só começaram em novembro e alguns em dezembro, porque se tivessem começado em Setembro já se tinham visto resultados em dezembro, provavelmente já se vão ver resultados agora nas férias da Páscoa, na avaliação do segundo período. Dizer-vos que é uma das equipas, isto não é para nos estarmos a gabar nem a por em cheque alguém, é das equipas que neste momento está a funcionar em pleno, tem havido uma boa articulação município- escola com os coordenadores respetivos, e temos também tido algum feedback de outros municípios que as coisas não estão a funcionar tão bem como na nossa. Também dizer-vos que é a única equipa que está, pelo menos que eu tenha conhecimento aqui no distrito, a funcionar na escola, nos outros municípios está a funcionar em instalações à parte. Aqui está envolvida na escola trabalha para a escola e a escola trabalha para eles, há uma simbiose entre a equipa e os próprios professores da escola”. -----
----- Usou da palavra o senhor Presidente da União das Freguesias de Caçarelhos e Angueira Licínio Martins. Disse: “Relativamente a estas questões da educação, realmente a questão dos rankings é muito polémico, se vocês virem a metodologia até varia consoante a empresa que faz o estudo, baseia-se mui-

to nos exames nacionais, é verdade. A questão dos conhecimentos, a escola tem que ajudar os alunos a construir conhecimento porque é muito importante sem dúvida. Mas se têm reparado este Governo traz uma nova tendência, que já existia de certa forma, e na escola já se fazia esse trabalho, mas assumidamente nunca ninguém tinha trazido esta tendência para a questão das atitudes e valores. Agora façam esta reflexão, se a escola de Vimioso ao nível dos conhecimentos está tão mal colocada no ranking, façam o ranking dos alunos com melhores atitudes e valores, e basta pegarmos nas participações disciplinares da nossa escola e de todas as outras escolas, e por ventura aquela listagem iria virar ao contrário. Estaríamos entre as melhores, provavelmente, e formar bons cidadãos é muito importante. Tanto que, é assumido por este Governo que criou a disciplina de cidadania e desenvolvimento, formar bons cidadãos. E a avaliação das escolas, o Diretor já falou aqui que relativamente à educação inclusiva vai ser um dos aspetos que muito vai pesar na avaliação externa das escolas, e esta questão da cidadania e desenvolvimento das atitudes da formação de bons cidadãos vai ter um peso enorme também. Portanto nesse aspeto acho que na escola de Vimioso, eu hoje sou professor na escola de Vimioso, não era por exemplo no ano anterior, mas acho que nesse aspeto na escola de Vimioso está a fazer-se um bom trabalho. A questão dos conhecimentos evidentemente que temos que trabalhar muito mais, e reparem se se justifica um investimento de quatrocentos e sete mil euros no Plano de Combate ao Insucesso Escolar tem muito a ver com os problemas que se diagnosticaram anteriormente. Nós não podemos fingir que as coisas estão bem quando não estão. O ranking pode ser um alerta. Acho que a metodologia é duvidosa mas vejo sempre os rankings, também acho que é uma orientação, gosto de ver, gosto de consultar, gosto de ver as escolas que melhor estão colocadas, acho que todos nós devemos fazer essa avaliação, fazer esse diagnóstico. Eu costumo dizer aos meus alunos que eles são os meus professores de pedagogia, a cada aula que dou aprendo mais qualquer coisa com eles e, portanto temos que fazer sem dúvida essa reflexão, adotar métodos, estratégias que motivem os alunos à construção do saber, à construção do conhecimento, tentarmos melhorar essa questão dos maus resultados ao nível dos conhecimentos, mas sem perder de vista a formação de bons cidadãos. Até porque, ainda ontem estivemos numa formação e o senhor Diretor também estava, estava

uma equipa do Ministério da Educação, eles próprios questionam os exames, eles estão a questionar os exames. Será que vale a pena continuar com este modelo de exames? Uma vez estive em Mirandela numa acção com o ex-ministro da educação David Justino e dizia ele em jeito de piada é um ministério que ninguém quer, porque dificilmente um Governo cumpre uma legislatura sem mudar o Ministro da Educação. Este em princípio vai conseguir mas, reparam para a instabilidade, parece a instabilidade dos treinadores do Sporting, é porque a equipa não está a jogar muito bem e não é a equipa de Vimioso é a equipa nacional. Agora acho bem que estejamos atentos a tudo isto mas também ao lado positivo, e o lado positivo que vejo na escola de Vimioso é estarmos a formar bons cidadãos”. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Freguesia de Santulhão. Disse: “Durante esta semana foi levantado, em reunião de câmara, uma situação que o Grupo Recreativo e Associativo de Santulhão não tinha transparência nem tinha legalidade nenhuma porque não havia eleições. Entretanto consultei a Presidente do GRAS e fiz chegar ao senhor Presidente da Câmara tudo o que diz respeito à constituição da Associação, das eleições, finanças, segurança social, e também o relatório de contas. Acho que as pessoas que dizem que a Associação não tem transparência nem legalidade, devem andar distraídos e acho que devem perguntar as coisas aos presidentes das associações, e não deitar ideias para fora sem saber o que está a acontecer”. -----

----- Usou da palavra o senhor membro da Assembleia Hugo Rodrigues. Disse: “Relativamente ao ranking e a esta questão da escola, acredito que todos, ou a grande maioria também como eu, e como o Carlos e como outros devam ler a comunicação social local. Como é óbvio e como Vimiosenses que somos preocupados com o estado do concelho ao ver um ranking, o ranking vale o que vale segundo este estudo é da avaliação do exame nacional. Mas, o exame nacional neste nível não tem uma preponderância grande, mas mais de cinquenta por cento da entrada no ensino superior é dos exames nacionais portanto as notas dos exames nacionais contam. E a forma também de poder saber se o aluno adquiriu ou não conhecimentos, estão aqui vários professores, que têm mais capacidade e conhecimento técnico na área, mas a forma do professor avaliar se o aluno adquiriu ou não esses conhecimentos é com um teste ou com uma prova, só dessa forma é que realmente se avalia se o aluno teve

ou não conhecimento. Relativamente a esta questão o ranking apareceu, eu acho que todos concordarão que ao ver o seu ranking ninguém ficou satisfeito ver Vimioso na posição em que está, ninguém pode ficar satisfeito valendo o que vale o critério de avaliação, a única escola que estava atrás de Vimioso era a escola de Izeda, penso que devem ter visto acho que ninguém deve ficar satisfeito com isso, e daí o motivo de questionarmos. Folgo em saber que realmente a escola está em bom funcionamento e acredito que no próximo ano estaremos aqui todos satisfeitos, e fazemos votos para que este ranking ou outro do género Vimioso esteja em primeiro lugar do distrito, ficaremos todos satisfeitos com essa situação. Quanto à questão das contratações o facto de as pessoas questionarem uma ou outra contratação a forma como ela é feita e a forma depois como é conduzida os recursos humanos parece-me que é permitido. O facto de as pessoas perguntarem ou questionarem não significa que estão contra, a favor ou que se estão a abster, estão simplesmente a pedir um esclarecimento, penso que a Assembleia Municipal serve também para essas situações. Mas das várias sessões da Assembleia Municipal que vamos tendo há uma coisa que eu já percebi, é que tudo o que seja de gestão política, tudo que seja de gestão de recursos humanos e quando o executivo é questionado causa alguma urticária, mas vamos fazer mais questões nesse sentido”. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da União das Freguesias de Caçarelhos e Angueira, Licínio Martins. Disse: “Ainda relativamente aos rankings e na sequência da intervenção do Hugo Rodrigues, ele referiu a escola de Izeda a única que está atrás de Vimioso. Reparem nas características, muito próximas o número de alunos é muito próximo, o terem de se deslocar muitos alunos o cenário é parecido. Sabem a que agrupamento pertence a escola de Izeda? Ao Agrupamento Abade Baçal. Os resultados da escola de Izeda são muito diferentes dos resultados da escola Abade Baçal, reparem no mesmo agrupamento, agora imaginem no país, são as assimetrias. É assim, é normal nós fazermos esta reflexão e mal seria que não a fizéssemos não estaríamos aqui a dar o nosso contributo. Temos que reflectir, e principalmente há aqui vários professores como referiste, e nós professores temos muito que pensar sobre estes assuntos. Mas só para vocês terem a noção de como a metodologia dos rankings é duvidosa, nós num agrupamento de escolas aqui do distrito, em duas escolas que esse agrupamento tem vemos essas assimetrias. Os rankings

valem o que valem não há dúvida, o Diretor há bocadinho referiu que há colégios particulares neste país que seleccionam os alunos à entrada. Nós sabemos dessa realidade. Ora se nós tivéssemos a possibilidade, com a qual discordo completamente, por exemplo ao nível da escola inclusiva esses colégios como é que estariam classificados. Nem tudo está bem nem tudo está mal, e devemos tentar corrigir, evidentemente que o vosso desejo, é o nosso desejo inverter, porque os exames nacionais que fazem os alunos de Vimioso ainda não são os que dão acesso ao ensino superior mas, já dão indicações para aquilo que vai ser o secundário. Eu estou perfeitamente dentro da realidade sei o que se passa e portanto, conhecimentos que não foram adquiridos no ensino básico podem e vão-se reflectir esses problemas depois ao nível do ensino secundário, sem dúvida daí que o Plano de Combate ao Insucesso Escolar tenha essa abrangência também. Não seja para a escola de Vimioso é para o município de Vimioso e deve contemplar também os alunos do ensino secundário de Vimioso que estão noutras escolas". -----

----- Usou da palavra o senhor membro da Assembleia, Serafim João. Disse: "É só por uma questão de estatística e estava-se a falar aqui do número de alunos, da interioridade e da diferença que existe entre agrupamentos pequenos e agrupamentos grandes. Isto não é desculpa, claro que nós estamos a analisar e os colegas professores estão a fazer esse trabalho no sentido de atenuar esse mau resultado deste ano. E foi dos últimos dez anos um dos piores resultados e preocupa-nos. Mas, há uma coisa que vos quero dizer, este ano não é a questão que a matemática não seja igual em todo o país, mas verificou-se aqui este ano na questão da matemática e na questão de serem muito poucos alunos. Este ano, no nono ano, são os que vão fazer os exames, temos dez alunos, uma negativa a matemática são dez por cento, duas são vinte, mas no universo de cem só é um por cento uma negativa, se tivéssemos cem alunos eramos o melhor agrupamento, mas como é um agrupamento muito pequenino temos logo vinte por cento com duas negativas. Só houve no total das provas trinta e quatro provas a português e a matemática, mas o próximo ano ainda vai ser pior, porque só vai haver dezoito, na melhor das hipóteses só vai haver dezoito, porque ainda por cima nesse nono ano temos uma aluna com necessidades educativas especiais, da tal escola inclusiva, que não vai fazer exame a nível nacional, vai fazer exame a nível de escola. Pode ser, por um

lado, bom ou pode ser, por um lado, mau. No entanto a português somos das melhores escolas do distrito, tivemos um bom resultado, agora tudo depende”.-

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: “É evidente que a questão do ranking, no Conselho Municipal de Educação e no Conselho Geral podem ser discutidos e tenho falado com várias pessoas sobre isto. Vamos supor que o professor de Inglês, ou o de matemática, ou o de geografia, ou de história, reparem a escola de Vimioso tem disciplinas que só tem um professor. O Diretor não consegue mudar esse professor, se for numa escola maior, se há um professor que está a dar problemas podem até por lá outro professor na turma. São essas questões todas que têm de ser analisadas, e por isso mesmo é que eu sempre tenho dito aos vários Governos que não podem tratar igual o que é diferente. Pois, se há resultados negativos numa escola, é necessário apurar exatamente qual o motivo, e dizer ao Ministério da Educação que colabore para resolver a origem do problema, só que não é assim. Também percebo que quem está no Ministério da Educação não está a governar para uma escola está a governar para o país, mas esse é um problema que existe nas escolas pequenas. Sou professor já estive nalgumas escolas pequenas inclusive na de Vimioso. Quando dei aulas em Vimioso, era a mãe do Hugo minha colega, tive que ir dar aulas ao sexto ano, como hoje o professor Licínio dá, sem nunca ter tido formação pedagógica para o segundo ciclo. Isto traz consequências. Numa escola grande se começamos a ver que há um problema com um professor ou com uma turma, às vezes pode haver, não sei se é o caso não é isso que estou a falar, é fácil o Diretor poder resolver o problema com outro professor, aqui não é, às vezes nós temos que fazer uma avaliação em função das condições que existem. Agora o que a câmara tem feito é fazer tudo para que as condições da escola, e temo-lo demonstrado, sejam as melhores. Agora, na parte pedagógica, obviamente que não é responsabilidade da câmara municipal. Quanto aos concursos senhor deputado fique completamente tranquilo, eu já ando cá a algum tempo. O problema que o deputado Carlos disse é que, eu vou-lhe explicar, é que uma das funcionárias que foi para a secretaria, a Marisa, antes estava no ATL, e eu até percebo que se calhar a Santa Casa da Misericórdia preferisse que eu tivesse lá posto a Marisa e não levantava esse problema e não tivesse lá posto a Anabela. Desculpe, o senhor Provedor veio logo manifestar a sua preocupação quando eu tirei a Marisa e sabe porque

é que a Anabela está lá, ele sabe, é porque eles têm uma funcionária que está com licença de maternidade. Só estou a explicar aquilo que se passa. Estou a dizer que falei com o senhor Provedor, aliás falou o vereador Sérgio e o que ele disse foi: nós precisamos de uma funcionária porque há uma funcionária que vai ter mobilidade e precisa de ir imediatamente para ali, atendendo até à formação que tem em recursos humanos é a pessoa que pode ir para ali neste momento que temos disponível. Não é fácil estar a gerir os recursos desta forma, ainda por cima na escola quando uns estão de baixa, quando outros pedem mobilidade. Mas quando foi para lá ainda não estava, estão agora e já está outra na área administrativa que também vai para lá, mas está com licença de maternidade. Só lhe estou a dizer que aconteceu isso por uma necessidade momentânea. Mas o facto de uma pessoa não ter estado na área administrativa significa que não pode vir a estar? Qual é o problema? O Carlos sabe que sempre a câmara colaborou com funcionários e continua a colaborar com a Misericórdia relativamente aos CEI +, é verdade, e nós não deixando que a Misericórdia ficasse ali com um problema, porque uma das técnicas está em licença de maternidade, estou a dizer-lhe que o senhor Provedor me colocou esse problema a mim que a santa Casa ia ficar desfalcada, é que saía a Marisa e tinha saído a Joana, correto? A Joana está de licença de maternidade teve uma bebé tem de ter licença de maternidade. E portanto, numa solução de precaver um bocadinho aquele constrangimento e aquela falha, porque o município não tem nada que fazer isso, tem toda a razão, como o município também não tem nada que pôr funcionários dos CEI + nas juntas de freguesia, tem toda a razão, nem tem que o pôr em Algosó por causa do castelo, não tem obrigação nenhuma. Pode colocar as questões todas, já ando cá há muito tempo e ficar com urticária, na política não é fácil". -----

----- Usou da palavra o senhor membro da Assembleia, José Amadeu Vara Rodrigues. Disse: "Senhor Presidente precisava de um esclarecimento que era o seguinte: sou membro desta Assembleia, a minha residência é em Castelo Branco, Mogadouro, e o técnico superior da área administrativa diz que eu não tenho direito aos quilómetros. Pela justificação que me dá eu não concordo, e gostaria de saber se tenho direito ou não". -----

----- Para responder usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse:

“Quanto a isso senhor membro pediremos um esclarecimento jurídico para vermos se terá direito ou não”. -----

----- **Período de intervenção do público.** -----

----- Usou da palavra o senhor Jorge Fernandes. Disse: “Na qualidade de cidadão atento à vida do meu concelho no qual optei por vontade própria desenvolver a minha iniciativa privada, que assenta essencialmente na valorização de um dos muitos recursos naturais do concelho, bem como nas questões do desenvolvimento rural local, cumpre-me fazer a seguinte intervenção. Permitam-me que comece por reproduzir quase na íntegra a minha intervenção apresentada em reunião ordinária da câmara municipal, realizada no dia onze de junho do ano de dois mil e dezoito, intervenção essa que pretendo partilhar com todos vós a título de enquadramento inicial desta minha intervenção. Começo assim por citar parte da ata da referida reunião. Período da ordem do dia: o senhor vereador Jorge Fernandes interveio expondo sobre o sector apícola do concelho. Como é do conhecimento público o sector apícola teve um forte impulso nos últimos cinco anos em toda a região de Trás-os-Montes e em particular em Vimioso. Das duas unidades agro-industriais licenciadas no distrito de Bragança, uma delas localiza-se em Vimioso e outra em Bragança, encontrando-se uma terceira em fase de licenciamento no concelho de Mirandela. Concretamente no concelho de Vimioso, o investimento realizado nesta área de actividade por diversas empresas e jovens empresários agrícolas, rondará os oitocentos e noventa mil euros, destacam-se as empresas Bioápis, Real Meleira e os empresários em nome individual, Luís Trigo, Lucília Pires, Pedro Fernandes, Sofia Tomé, Ana Rita entre outros pequenos produtores. Estimamos um universo de cerca de quatro mil e quinhentas colmeias em produção no nosso concelho, implementados pelas empresas e empresários referidos e também por outros pequenos produtores. Vimioso tem assim uma capacidade produtiva em ano médio cerca de setenta a oitenta toneladas de mel. Por sua vez também internamente cerca de três toneladas de pólen, a grande maioria dos produtos encontram-se certificados em modo de produção biológico, o que prova que o concelho tem enormes potencialidades para o exercício da actividade. É fácil o exercício da actividade? Não é. É uma actividade de bastante risco sujeito às condições climatéricas que em nada tem favorecido a actividade nos últimos anos dois mil e dezasseis e dois mil e dezassete. Está também sujeita

a uma forte concorrência de apicultores espanhóis que se instalam de forma desorganizada e desregulada, atropelando a actividade dos apicultores locais, sem que as entidades competentes façam o rigoroso trabalho de controlo da transumância. Estes apicultores são fortemente subsidiados em Espanha, recolhem as suas produções nas nossas terras, no nosso concelho e não deixam um cêntimo que seja no concelho referente à produção recolhida. Não posso deixar de dar os parabéns à Câmara Municipal de Vimioso pelo facto de começar a olhar para esta actividade através da simples realização de uma acção de divulgação sobre criação de rainhas a realizar no dia dezasseis do mês corrente no PINTA. Assim o facto de se realizar tal acção de divulgação em Vimioso, vem desse modo contribuir para a divulgação do sector apícola, que se exerce no concelho ao longo de várias décadas, e que ano após ano se vai modernizando e tornando cada vez mais competitivo. No entanto não podemos deixar em claro o facto de tal acção de formação ser patrocinada pela câmara municipal fazendo publicidade no respectivo cartaz e ao mesmo tempo publicitada o site do PINTA. Terá certamente todo o mérito o formador que irá ser responsável pela referida acção, certamente terá conhecimento para tal, mas não tem mérito a câmara municipal fazer publicidade no site do PINTA no link da formação ou uma empresa sediada no concelho de Bragança. Neste sentido parece-me haver aqui um contrasenso na filosofia do PINTA, no apoio à promoção das empresas e dos empresários locais. Deixo desta forma uma sugestão para que em acções futuras também as empresas e empresários locais sejam consultados a fim de se saber se estarão ou não disponíveis para tais acções. Em resposta o Senhor Presidente da Câmara disse que este ano está integrado exactamente nas acções do PINTA que foram contratadas anteriormente. Neste contexto disse que poderá sensibilizar a firma Biomontana adjudicatária para desenvolver as referidas acções, para nesse sentido quando existirem recursos no concelho, recorrer de preferência às pessoas do concelho que detenham esse conhecimento. Na passada semana tive conhecimento da realização de uma acção de formação de iniciação apícola, a decorrer neste próximo fim-de-semana organizado também pelo PINTA, e leccionada provavelmente pela mesma empresa que organizou a acção do ano passado com sede também provavelmente no concelho de Bragança, e publicitada no link oficial da câmara municipal mais concretamente no site do PINTA. Fico contente por constatar

que a apicultura está na agenda anual do PINTA, até quando? Até ao momento em que terminarem os financiamentos para a realização destas acções? Há uns anos atrás esta actividade não representava praticamente nada em termos económicos no concelho, agora representa. Neste sentido é legítimo perguntar se é desta forma que se promove e desenvolve a iniciativa privada local, eu respondo à minha própria pergunta, não será certamente. Perante o exposto espero que os vereadores do PS questionem o executivo na próxima reunião da câmara municipal sobre os custos efectivos do referido curso. Na realização da acção para este ano pelo menos houve o cuidado em não colocar o nome do formador bem como o site da própria empresa na realização da acção comparativamente ao ano anterior. Aliás esta acção ao ser gratuita para o público por um lado, mas por outro financiada pela câmara municipal e pelos fundos comunitários, vem colidir com acções do mesmo género que há mais de um mês atrás estavam a ser organizadas e divulgadas em datas coincidentes a realizar também em Vimioso, nomeadamente e mais concretamente na zona industrial. Com uma ligeira diferença seria necessário efectivar o pagamento de uma pequena jóia de participação para compartilhar logicamente todas as despesas. Logicamente que perante uma situação destas em fins-de-semana coincidentes possíveis interessados optarão certamente por acções de formação totalmente gratuitas. Com este tipo de exemplo está-se a descredibilizar toda a atuação relativamente a atração e desenvolvimento da zona industrial, relativamente à zona industrial e no que a mim me diz respeito, no ano de dois mil e onze e início de dois mil e doze, concluí o meu próprio investimento, convertendo assim uma actividade de cariz artesanal. Do ramo agro-alimentar, contribuir de forma indirecta para a promoção do centro de origem dos seus produtos, ou seja do próprio concelho. Neste sentido julgo que caberá à câmara municipal em particular aos responsáveis eleitos olhar atentamente para as actividades dos seus agentes económicos olhando-os de igual para igual, pois todos contribuem uns de uma forma outros de outra, para o desenvolvimento indirecto do nosso concelho”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Acaba por ser algum questionamento da acção da câmara municipal. Ainda bem que apresenta o assunto. Esclareço: a câmara municipal lançou um concurso para executar uma parte de uma candidatura aprovada ao Norte Natural que é um con-

junto de atividades que a empresa que ganhou o concurso tem que desenvolver. Sensibilizei a empresa, agora eu não posso estar a dizer à empresa que contrate A ou B. A empresa tem é que fazer a actividade. Aliás, nesse mesmo dia telefonei a dar essa indicação, informando que houve algum desconforto porque há gente que está cá. A empresa tem que desenvolver as atividades, como têm feito outras sobre a lã, cestaria etc. Eu não sei se no concelho, desconheço, se calhar até há pessoas que percebem muito de lã de tratamento da lã. Agora eu não sei se a empresa conhece essas pessoas, estamos a falar de uma acção de formação. Estou a ver agora aqui apicultura módulo um, apicultura módulo dois, vinte e três e vinte e quatro de fevereiro. Porque é que é gratuita, porque sendo financiada por fundos comunitários tem que ser gratuita é por isso. Agora eu não sabia que havia uma outra actividade, privada, programada para essa altura. Ninguém informou a câmara que havia, ou informaram? Não. Agora que não deviam coincidir, não deviam, na minha opinião, se são da mesma natureza não deviam coincidir. Há um calendário que já estive em reunião de câmara de um conjunto de atividades que vão sendo feitas, e a empresa que ganhou o concurso tem de realizar as atividades da qual há um relatório que é mandado para a CCDR-n. Portanto se há dois cursos, o que eu estou a ver aqui é que já está esgotado, portanto quem não poder ir a um vai a outro, já está esgotado diz aqui, eu estou a ver agora aqui no site do PINTA, sábado vinte e três e vinte e dois, esgotado curso de iniciação à apicultura. Quem não poder ir a este pode ir a outro. Está esgotado é o que aqui diz, porque quem faz as inscrições é a própria empresa que está a fazer, e se repararem nos logótipos o que lá aparece nos logótipos, aparece a reserva da biosfera, aparece o município de Vimioso, o símbolo dos vales de Vimioso, e os dísticos dos fundos comunitários do Norte 2020. É isto que aparece, e é isto que tem que aparecer. A não ser que às vezes haja outro tipo de associações ou ONG sem fins lucrativos que colaborem com algumas das atividades e se isso acontecer até é bom que assim seja. Agora quando a empresa terminar o seu trabalho da apresentação das atividades, que estão no caderno de encargos a partir daí vai ter que ser o PINTA a fazê-las não é a empresa, ou fazemos mais candidaturas. Claro que há aqui uma parte que é financiada. A câmara assume quinze por cento. Uma empresa ganha um concurso, eu agora vou ter que lhe dizer não podes pôr esta garrafa tens que pôr aquela! É o que está no caderno de

encargos, não sei se vai convidar o A ou B nem sei se lhe paga, porque nós não temos relação nenhuma, a relação que temos com a empresa é uma relação contratual. Portanto, nós estamos disponíveis e o Jorge sabe perfeitamente que sempre que somos solicitados temos colaborado com os produtores, e estamos disponíveis para continuar a colaborar, seja com os da apicultura seja com os outros, naquilo que podermos ajudar, temos ajudado e vamos continuar a ajudar. Estamos disponíveis sempre para ajudar. Agora porque não convidaram formadores, ou apresentadores do concelho? Não sei qual é o critério da empresa, que eu os sensibilizei, sensibilizei para isso. Eu não conhecia a senhora que veio cá das lãs, ela até lá de baixo do país nem é daqui, ainda bem que nós ficamos com os contactos de muita gente para depois, mais tarde, se quisermos fazer outras acções. O que eu disse à empresa foi de preferência gostaríamos que convidassem gente local, sensibilizei, sensibilizar não é obrigatório”.-----

----- E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão pelas treze horas, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal

O Primeiro Secretário da Assembleia Municipal

O Segundo Secretário da Assembleia Municipal
